Processo n.º 67/2006

(Recurso Crime)

Data: 22/Março/2007

ASSUNTOS:

- Contravenção laboral
- Prescrição das contravenções laborais
- Garantias em sede de contravenção
- Condicionais mínimos no Regime das Relações laborais
- Graduação das multas

SUMÁRIO:

1. O prazo de prescrição do procedimento corre desde o dia em que o último acto foi praticado [al. b] do n.º 2 do artigo 111.º do Código Penal em conjugação com n.º 1 do artigo 124.º do mesmo Código], ou seja, o dia em que os trabalhadores cessaram as funções. tratando-se de crime continuado, a data de consumação é a de cessação da actividade criminosa, que é, no caso da contravenção laboral, *a de cessação da relação laboral*, nos termos dos art. 29º, 124º, 111º, n.º 2 al. b), todos do CP.

2. A contravenção não está sujeita às regras da garantia administrativa, mas sim às garantias conferidas pela natureza processual penal, tal como foi tramitada.

3. Os actos praticados pela Administração em matéria de ilícito contravencional não estão sujeitos às mesmas vias de impugnação do acto administrativo. Em contencioso administrativo do ilícito penal administrativo aplicam-se com as devidas adaptações os princípios e regras do direito e processo penal em tudo o que respeite às garantias de defesa.

4. No processo contravencional devem estar preocupações em tudo semelhante àquelas que estão na base da consagração do processo sumário, ou seja, a necessidade de realização de justiça pronta e eficaz, com o aligeiramento do rito judiciário e renúncia aos formalismos normais do processo comum, e maior alívio da justiça, perante certo modo de constatação da infracção penal.

5. No Regime das Relações Laborais devem ser observados, para além dos usos e costumes geralmente praticados, também os condicionalismos mínimos que se encontram definidos neste diploma e em diplomas avulsos.

6. Nos termos do art. 51º do DL n.º 24/89/M, na graduação das multas devem ser tomadas em conta a gravidade da infracção, a culpabilidade do infractor e também a sua capacidade económica.

O Relator,
João A. G. Gil de Oliveira

Processo n.º 67/2006

(Recurso Penal)

Data: 22/Março/2007

Recorrente: Sociedade de Turismo e Diversões de Macau, SARL (澳門旅遊娛樂有限公司)

Objecto do Recurso: Sentença condenatória da 1ª Instância

**ACORDAM OS JUIZES NO TRIBUNAL DE SEGUNDA
INSTÂNCIA DA R.A.E.M.:**

I – RELATÓRIO

Sociedade de Turismo e Diversões de Macau, S.A., não se conformando com a sentença proferida em processo de transgressão, aí se tendo decidido:

*“A arguida, ora **Sociedade de Turismo e Diversões de Macau, S.A.R.L. (澳門旅遊娛樂發展有限公司)** violou:*

O disposto nos artigos 19.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 24/89/M de 3 de Abril, o que constitui 141 infracções, é-lhe aplicada uma pena de multa, no valor de MOP\$ 4.000

por cada infracção; violou o disposto no artigo 21.º do mesmo Decreto-Lei, o que constitui 141 infracções, é-lhe aplicada uma pena de multa, no valor de MOP\$ 4.000 por cada infracção; operando o cúmulo nos termos do artigo 71.º do Código Penal em conjugação com o artigo 124.º, n.º 1 do mesmo Código, vai à arguida aplicada a pena de multa no valor total de MOP\$1.128.000, multa essa que é inconvertível em pena de prisão (art.º 52.º do mesmo Decreto-Lei).

Além disso, por insuficiência de provas, é absolvida a arguida da acusação da prática de 143 infracções por ter violado o disposto no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 24/89/M de 3 de Abril.

Em relação às diversas infracções praticadas pela arguida por ter violado o disposto nos artigos 19.º, 20.º, 21.º, 24.º e 37.º do Decreto-Lei n.º 24/89/M de 3 de Abril, vai absolvida a arguida devido à extinção do procedimento criminal por prescrição.”,

dela vem recorrer, alegando, em síntese:

Consabidamente, os ilícitos administrativos criminais são cometidos, numa primeira fase, à apreciação da autoridade administrativa investida com os necessários poderes de autoridade para compor o litígio.

In casu, o Departamento de Inspeção de Trabalho (doravante DIT), da Direcção dos Serviços de Trabalho e Emprego (agora Direcção dos Serviços de Assuntos Laborais) nos termos do Decreto-Lei n.º 60/89/M, de 18 de Setembro que aprova o Regulamento da Inspeção do Trabalho (doravante RIT), tem competência para fiscalizar e compor os litígios emergentes de violação culposa do Regime Jurídico das Relações de Trabalho em Macau (doravante RJRT);

Neste sentido, qualquer infracção culposa às disposições do RJRT que sejam presenciadas pelo pessoal de inspecção do DIT ou lhes cheguem a conhecimento por denúncia, devem ser, respectivamente, objecto de redução a Auto de Noticia ou a um processo de averiguações que conduzam à elaboração de um eventual Auto de Noticia.

Resulta claro, nos termos do artigo 384, n.º 1 do Código de Processo Penal, que a contravenção que chegue a conhecimento de um funcionário, e não seja por ele presenciada, apenas é reduzida a Auto de Noticia, após um inquérito, findo o qual, e se for caso disso, deve o infractor ser notificado para pagamento voluntário da multa.

Da conjugação deste artigo 7º do RIT com o artigo 384º do Código de Processo Penal é forçoso concluir pela absoluta necessidade de proceder a inquérito administrativo para apuramento de infracções não presenciadas pelo DIT, estando esse mesmo inquérito sujeito às normas do procedimento administrativo e, subsidiariamente, às normas processuais penais.

*O valor de um Auto de Noticia levantado pelo DIT por a infracções **não** presenciadas: não tem força de delito nem faz fé em juízo – artigo 11º, n.º 4 do RIT.*

O Auto de Noticia levado a juízo não contém, nos termos do artigo 11º, n.º 1 do RIT, os elementos mencionados no artigo 166º do Código de Processo Penal de 1929, correspondente ao artigo 226º do Código de Processo Penal vigente, a saber: factos que constituem crime (entenda-se contravenção); dia, hora, local e circunstância em que foi cometido; elementos de identificação de agentes e ofendidos; meios de prova conhecidos.

Não contendo o Auto de Notícia estes elementos tem, forçosamente, de ser considerado inválido porquanto a lei é imperativa não admitindo qualquer derrogação para além da dispensa de indicação de testemunhas.

O procedimento administrativo que precedeu a remessa a juízo e a remessa a juízo do Auto de Notícia, violou garantias da Recorrente, conquanto, a remessa a Tribunal apenas poderia ter sido feita se a Recorrente não tivesse procedido ao pagamento voluntário da multa - cfr. artigo 383º, n.º 1 do Código de Processo Penal e artigo 12º, n.º 1 do RIT;

Até porque, para além da garantia de pagamento voluntário da multa e eventuais quantias em dívida. no final do procedimento administrativo tinha, ainda, a Recorrente a possibilidade de impugnar administrativa e contenciosamente o Auto de Notícia e respectivo procedimento - cfr. artigos 10º do RIT, 118º e 119º do Código do Processo Administrativo Contencioso e 145º do Código de Procedimento Administrativo - vide neste sentido Acórdão do Tribunal Superior de Justiça de Macau, Processo n.º 1023, de 15 de Junho 1999; sendo esta recorribilidade urna garantia do infractor semelhante à possibilidade de pagamento voluntário de multa e quantias em dívida, i.e., constitui um lapso de tempo em que o Auto de Notícia não poderia ter sido remetido ajuízo por não ser ainda uma decisão administrativa definitiva.

*Tendo a Recorrente sido notificada do Auto de Notícia n.º 95/2003 e, bem assim, para pagamento voluntário da multa e quantias em dívida **em 12 de Junho de 2003**, da interpretação conjugada dos n.ºs 1,6 e 7 do artigo 13º do RIT, sem margem para actuação discricionária do DIT (não existem poderes discricionários quando há regras legais imperativas que vinculam, em absoluto, a actividade da Administração),*

permite concluir pela garantia da Recorrente de um prazo de 40 dias para pagamento de quantias e entrega das respectivas guias, prazo a partir do qual pode o DIT, verificado o não cumprimento, remeter o Auto de Notícia a Juízo;

*In casu, o DIT remeteu o Auto de Notícia n.º 95/2003 em 25 de Junho de 2003 quando, na realidade, no entendimento da Recorrente, apenas o podia ter feito em **22 de Julho de 2003**.*

A Recorrente reclamou e recorreu hierarquicamente, nos termos expressos na decisão notificada pelo DIT tendo manifestado a vontade de proceder caução de garantia, se assim o DIT/DSTE entendesse, até decisão, a final, das impugnações administrativas não tendo, em tal cenário, havido qualquer recusa de pagamento, mas antes impugnação de uma decisão cujo procedimento, entende a aqui Recorrente é ilegal;

*Até porque, quem fixou os meios impugnatórios foi o DIT/DSTE, constituindo violação do artigo 8º do Código do Procedimento Administrativo (Princípio da boa fé nas relações entre os particulares e a administração), veio a DSTE, apressadamente, remeter o Auto de Notícia n.º 95/2003, na pendência de um prazo, apenas se dignando responder à Reclamação entregue em 27 de Junho a **12 de Agosto de 2003** ultrapassando, largamente, o prazo fixado no artigo 152º do Código do Procedimento Administrativo que constituía uma garantia do infractor, (entendendo-se a não suspensão da eficácia do acto reclamado o que não se concede) para in extremis, proceder ao pagamento voluntário e evitar a remessa do Auto de Notícia n.º 95/2003 ajuízo.*

Inexplicavelmente, a Direcção dos Serviços de Trabalho e Emprego remeteu

a juízo o Auto de Notícia n° 95/2003 em 25 de Junho de 2003, sem qualquer suporte legal, na pendência dos prazos de pagamento voluntário, reclamação e recurso hierárquico.

A Recorrente considera que o Auto de Notícia n° 95/2003 é inválido por duas ordens de razão, conquanto é precedido de procedimento administrativo ilegal porquanto violou os mais elementares principios do procedimento administrativo tendo, por isso mesmo, dado origem a um conjunto de recursos administrativos e contenciosos, objecto de exposição exaustiva em requerimento autónomo, oportunamente apresentado ao Tribunal a quo, faltando-lhe, também, os elementos constantes dos artigos 166° do Código de Processo Penal de 1929 e artigo 226° do vigente, por força do artigo 11°, n.° 1 do RIT.

Destarte, sem prejuízo da invalidade do procedimento arguida noutra sede, este Auto de Notícia n° 95/2003 não tem os elementos mínimos necessários e, por mesmo, inválido, nunca podendo ser admitido como acusação.

É forçoso concluir que o procedimento do processo de transgressão está prescrito na medida em que o artigo 177° do Código de Processo de Trabalho, vigente até 1999, estabelece o prazo prescricional. de 1 ano, a partir da data em que a "infracção se consumou", para instauração de processo contravencional até porque como V. Exas. já doutamente acordaram, ainda que em outra sede, Código de Processo de Trabalho Português, aprovado pelo Decreto-Lei n° 31464, de 12 de Agosto de 1941, aplicável ao Ultramar ex vi das Portarias n° 10698, de 6 de Julho de 1944 e n° 87/70, de 2 de Fevereiro de 1970 (adiante CPT) vigorou no ordenamento juridico de Macau até 19 de Dezembro de, 1999 e dever-se-á aplicar por analogia; de

acordo com o princípio geral de continuidade do ordenamento jurídico, previsto no artigo 8º da Lei Básica da RAEM, fundamenta-se o entendimento de aplicação analógica do CPT português aos processos interpostos antes de 1 de Outubro de 2003, data de entrada em vigor do novo CPT, por referência às práticas judiciais anteriores.

Neste contexto, deveria o Mmo. Juiz ter decidido considerado inadmissível, por prescrita, a acção relativa a infracções consumadas 1 ano antes da acusação o que aliás espelha o entendimento do Digno Magistrado do Ministério Público, por despacho datado de 5 de Julho de 2001, no Processo LTG-006-01-5 (n.º antigo), a fls. 29: "(...) Ora já passou mais de 1 ano desde a data da referida transgressão até à acusação, pelo que se declara prescrito o procedimento contravencional (...)".

Nos termos do artigo 384º, n.º 2 do Código de Processo Penal, tratando-se de factos não presenciados, o Ministério Público deve deduzir acusação, mas o Ministério Público, nos termos do artigo 383º, n.º 2 do Código de Processo Penal por aproveitar o Auto de Notícia n.º 95/2003 como acusação, o facto de o ter feito a 8 de Julho de 2003, apenas se deveu a uma precipitação e atropelo de direitos da STDM, porquanto a DSTE remete o Auto de Notícia ajuízo muito antes do prazo que devia, conforme exposto supra.

*O Mmo. Juiz a quo ter concluído que materialmente não existiu qualquer **acusação**, porquanto: a acusação assentou num Auto de Notícia que não cumpriu os requisitos legais (artigo 166º do CPP de 1929 e 226º do CPP vigente; a acusação baseou-se num Auto de Notícia remetido a Juízo inoportunamente; a acusação baseou-se num Auto de Notícia precedido de procedimento administrativo ilegal; o Ministério Público poderia ter optado, nos termos do n.º 2 do artigo 384º do CPP por*

deduzir acusação própria e em condições;

A acusação é nula, nos termos do artigo 107º do CPP e qualquer acusação que fosse deduzida seria intempestiva, por prescrita, nos termos expostos.

De igual modo necessário, e tal não aconteceu, ter sido referido, com clareza, quais foram os meios de investigação a que se refere semelhante afirmação, que factos servem de base à conclusão de existência de uma ou mais infracções e que prova é apresentada para os sustentar.

O artigo 50º do Decreto Lei nº 24/89/M, de 3 de Abril, que estabelece o regime jurídico das Relações de Trabalho de Macau (doravante RJRT), prevê como pressuposto de aplicação de multa por qualquer infracção às disposições deste diploma a "violação culposa", entendendo-se esta "violação culposa" enquanto punibilidade de comportamentos dolosos e negligentes.

Não ficou provado lue a Recorrente tenha tido uma actuação dolosa e negligente e o comportamento dos trabalhadores, no decurso da sua relação laboral, deveria ter sido analisado para efeitos de ser aferida da sua própria responsabilidade (ou não) na actuação da STDM, nomeadamente, levando em linha de conta a parte final do artigo 1º do RJRT, que manda observar os "usos e costumes geralmente praticados".

A Recorrente, como aliás, ficou provado, nunca impediu os seus trabalhadores do gozo de descansos semanais, anuais, de feriados o obrigatórios ou licença de maternidade como aliás, o Mmo. Juiz e bem, concluiu.

Na verdade, a decisão de condenar a STDM ao pagamento de multa no

presente processo tem por base uma eventual transgressão que não existiu e a existir não pode ser imputável à arguida, muito menos tendo por base um comportamento culposos, nos termos do artigo 50º do RJRT e conforme já ficou exposto.

O Mmo. Juiz a quo deveria ter atendido à parte final do artigo 1º do RJRT, ou seja, devem ser atendidos os usos e costumes geralmente praticados.

E nesses usos e costumes estava, naturalmente, o pagamento em singelo dos dias de descanso anual e feriados obrigatórios em que os trabalhadores, eventualmente, trabalharam.

Consabidamente, os artigos 24º e seguintes da Lei Básica consagram um conjunto de direitos fundamentais, assim como os artigos 67º e seguintes do Código Civil consagram um conjunto de direitos de personalidade em que não se incluem os alegados direitos violados.

Da conjugação de todas as disposições a este respeito constantes da lei laboral - artigos 17º a 24 do RJRT - não resulta claro que o direito ao gozo remunerado de dias de descanso anual e feriados obrigatórios (já que o Mmo. Juiz doutamente considerou, e bem, - de referir que não faz parte da matéria do presente recurso - que em relação aos dias de descanso semanal, não houve qualquer infracção) seja irrenunciável;

Quanto ao descanso anual, da conjugação do n.º 1 do art. 21º com o art. 24º, ambos do RJRT, resulta que "Os trabalhadores têm direito a seis dias úteis de descanso anual, sem perda de salário, em cada ano civil.", sendo que "o empregador que impedir o trabalhador de gozar o período de descanso anual pagará ao

trabalhador (...)" uma indemnização.

Quanto à licença de maternidade, consagra o n.º 1 do art. 37º do RJRT que "As mulheres grávidas, cuja relação de trabalho tenha uma duração superior a um ano, têm direito a trinta e cinco dias de licença por ocasião do parto, com garantia do posto de trabalho e sem perda de salário (...)";

*Dispondo o n.º 5 do art. 17º do mencionado diploma, a respeito do descanso semanal, que "A observância do direito [ao gozo, em cada período de sete dias, de um período de descanso de vinte e quatro horas consecutivas]. não prejudica a faculdade de o trabalhador prestar serviço voluntário em dia de descanso semanal, não podendo, no entanto, a isso ser obrigado."; que o trabalhador tem a faculdade de prestar trabalho num dia de descanso semanal, contanto que essa opção seja **voluntária** e sem que a tal possa ser obrigado pela entidade patronal, por maioria de razão, deve o disposto nesta norma ser aplicado analogicamente aos demais direitos a descanso anual e feriados obrigatórios.*

Donde se conclui, não tendo o legislador consagrado a irrenunciabilidade dos direitos em questão, devem os mesmos ser considerados livremente renunciáveis e, bem assim, considerada eficaz qualquer limitação voluntária dos mesmos, seja essa limitação voluntária efectuada ab initio, superveniente ou ocasionalInente.

O direito a dias de descanso não remunerados não é um conceito rejeitado pelo legislador - veja-se como se consagra, expressamente, tal conceito nos n.ºs 2 e 3 do artigo 19º do diploma que regula as Relações de Trabalho em Macau, onde se estipula que apenas o gozo de 6 desses feriados obrigatórios são remunerados - o que, a contrario sensu, significa a consagração legal de dias de descanso não

remunerados.

Tudo isto para concluir que foi de forma livre e esclarecida que os trabalhadores, voluntariamente, renunciaram ao gozo de tais direitos sob a forma remunerada, ainda que se admita que foi prática corrente os trabalhadores solicitarem, voluntariamente, presta! serviço em dias de descanso, mas tal não consubstancia qualquer transgressão à legislação laboral.

Se assim não se entender, o que não se concede, mas que se aceita por mera cautela de patrocínio, sempre se dirá que:

O Mmo. Juiz fixou em MOP4,000.00 o montante da multa pelas infracções relativas à não compensação dos dias de descanso anual e feriados obrigatórios.

Considera a Recorrente que esse montante é excessivo e que uma multa de valor inferior seria adequada e suficiente para as finalidades da punição.

Ao abrigo do disposto no art. 51º, a graduação da multa deverá levar em linha de conta, inter alia: a gravidade da infracção e a culpabilidade do infractor.

Deveria o Mmo. Juiz ter decidido que a gravidade da infracção é diminuta e que a culpabilidade da Recorrente é inexistente.

Aliás, à luz do que estatui o Código Penal de Macau, na determinação da medida da pena, dentro dos limites definidos na lei, é feita em função da culpa do agente e das exigências da prevenção criminal.

Deveria também, ao abrigo do nº 2 do art. 65º do CP, o tribunal. ter atendido a todas as circunstâncias que, não fazendo parte do tipo de crime,

depuseram a favor da Recorrente, nomeadamente, o grau de ilicitude, a gravidade das suas consequências, bem como o grau de violação dos deveres impostos à arguida.

Como é bom de ver na Sentença recorrida, o grau de ilicitude, a existir é diminuto, a gravidade das consequências do facto e o grau de violação dos deveres da arguida, são ínfimos.

De igual modo, considera a Recorrente, que existem circunstâncias anteriores ou posteriores à transgressão, que diminuem de forma acentuada a ilicitude do facto, a culpa da STDM e a necessidade da pena nomeadamente o facto de ter sido e ainda ser a STDM um dos grandes motores do desenvolvimento de Macau com obras emblemáticas a todos os níveis notáveis e ter ela ajudado a elevar bem alto o nome de Macau aos diversos cantos do Mundo; o facto de a Recorrente ser ainda, directa ou indirectamente, um dos maiores empregadores da Região Administrativa Especial e de nunca ter tido qualquer problema em contratar colaboradores; já ter decorrido muito tempo sobre a eventual violação das normas do RJRT; já ter sofrido, e continuar a sofrer, a STDM da má imagem que o impacto de todos estes casos tiveram na opinião pública de Macau;

Ainda que o nosso direito criminal prescreva o Principio da proibição da dupla valoração, não poderia o Mmo. Juiz a quo ter deixado de levar em linha de conta todas as circunstâncias acima descritas e, ao abrigo do art. 67º ter a multa aplicada sido reduzida ao minimo legal, i.e., MOP 1,000.00.

Por todo o exposto, deverão V. Exas. reduzir ao minimo a multa a aplicar por cada infracção que terá sido cometida pela aqui Recorrente.

Pelo que entende que deve o presente recurso ser julgado totalmente procedente.

Responde o Digno Magistrado do Ministério Público, alegando fundamentalmente:

O processo contravencional tem natureza penal, lato sensu, razão pela qual nunca se admite uma intervenção administrativa da entidade hierarquicamente superior sob título de controlo ou de tutela do seu subordinado (Ac. Do TSI de 2005/4/14 n.º 15/2005 e de 2004/6/10 n.º 295/2003);

Em relação ao acto de confirmação do auto de notícia tomada pelo Director dos Serviços para os Assuntos Laborais não pode usar os meios de impugnação graciosa ou contenciosa administrativos (Ac. Do TUI de 2005/4/20 n.º 38/2004);

Assim, não tem relevância os prazos e tramitações de natureza administrativa invocada pelo Recorrente por falta de pressuposto - a natureza administrativa da contravenção laboral;

Concordamos com a aplicação do Código de Processo de Trabalho antigo, por analogia e por força do art. 8º da Lei Básica da RAEM, que conforme o art. 177º do mesmo Código o prazo de prescrição das contravenções é de um ano;

Também é pacífico que o conceito de consumação das contravenções laborais conta-se com o momento de cessação da relação laboral.

O Tribunal contou para efeitos de exercício de acção penal a data de entrada do

processo no Tribunal que é 27/06/03, enquanto todos os trabalhadores cessaram a relação laboral com a Ré antes de 27/06/02, com excepção de 2 que foram declaradas prescritas na douta sentença recorrida;

O auto de notícia embora conciso mas contém todos os elementos fácticos e de direito da respectiva contravenção, especialmente quando conjugado com o mapa de apuramento, peça que é parte integrante do auto, permite uma percepção clara da infracção o que está em conformidade com o art. 166º do Código de Processo Penal de 1929 bem como do art. 226º do Código de Processo Penal vigente conjugado com o art. 11º, n.º 1 do Estatuto da Inspeção de Trabalho aprovado pelo DL n.º 60/89M, pelo que é totalmente válida;

Nas contravenções para além de punir o dolo, a negligência é também punível, pois não se põe o problema de censura de uma vontade má ou deficiente;

O Recorrente enquanto uma das maiores empresas, senão a maior, de Macau, sempre assistido pelos mais ilustres juristas, estabeleceu condições de trabalho para os seus empregados que estão longe das condições mínimas de trabalho constantes da Lei Laboral, forçoso se pode dizer que agiu sem dolo e muito menos sem negligência;

O direito ao repouso e ao lazer está consagrado no art. 7º do Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais que por força do art. 40º da Lei Básica da RAEM se vigora em Macau;

O tal vigora em Macau antes da transferência, também for força do art. 59º n.º 1 al. d) da CRP ex vi o Estatuto Orgânico de Macau, pelo que Macau tem a sua história na protecção dos trabalhadores em relação ao direito de repouso e lazer;

António Monteiro Fernandes entende que o tal direito assume um significado mais

amplo do que a mera regeneração da capacidade para o trabalho, mas também possibilitar a recuperação física e psíquica dos trabalhadores e assegurar-lhes condições mínimas de disponibilidade pessoal, de integração na vida familiar e de participação social e cultural;

*Por isso, tanto a doutrina como a jurisprudência entendem que, em geral, o direito ao repouso e lazer é infungível e não é aceite pela lei a conversão do descanso em equivalente pecuniário (António Monteiro Fernandes, *Direito do Trabalho*, Almedina, Coimbra 1998 e Ac. Do TSI de 2001/3/29 proc. N.º 46/2001);*

Sendo infungível muito menos é renunciável pelo trabalhador na óptica da teoria basilar do Direito de Trabalho que consiste na existência das duas partes desiguais, enquanto o trabalhador é a "parte fraca";

A pena da multa deve ser determinada consoante a capacidade financeira da Ré, representando uma certa penalidade à R.. O valor de MOPI.128.000,00 da multa é elevado para um cidadão médio de Macau, mas já é pouco relevante para dimensão empresarial e capacidade financeira da R.. Por outro lado, a determinação da pena tem sempre em função as necessidades de prevenção e a culpa do agente. Naturalmente o número de infracções, que são 282, deve levar também em conta.

A Exma Senhora Procuradora Adjunta emitiu o douto parecer, em que acompanha, no essencial, as considerações explanadas pelo seu Colega do Ministério Público e que em parte se subscrevem na fundamentação deste acórdão, pelo que nos dispensamos aqui de o transcrever.

Foram colhidos os vistos legais.

II – FACTOS

Vem provada a factualidade seguinte:

“1) **A** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na XXX, n.º XXX, XXX, XXX-andar-XXX, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 11 de Junho de 1983 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

2) **B** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na XXX, XXX-andar-XXX, XXX, Macau, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 1 de Julho de 1987 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual, feriados obrigatórios e licença de maternidade.

3) **C** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na Avenida XXX – XXX, XXX-andar-XXX, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 15 de Janeiro de 1971 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

4) **D** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na XXX, XXX, Bloco XXX, XXX-andar-XXX, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como

croupier desde 21 de Setembro de 1979 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

5) **E** (portadora do BIRM n.º XXX, residente no XXX, n.º XXX, XXX-andar-XXX, Edf. XXX Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 1 de Setembro de 1979 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 23 de Julho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual, feriados obrigatórios e licença de maternidade.

6) **F** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX, n.º XXX, Floor XXX, Flat XXX, Edf. XXX Macau, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 11 de Abril de 1992 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 20 de Julho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

7) **G** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX, n.º XXX, XXX Andar XXX, Edf. XXX Macau Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 1 de Dezembro de 1987 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual, feriados obrigatórios e licença de maternidade.

8) **H** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na XXX, Bairro XXX, Bloco XXX,

XXX, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 1 de Setembro de 1993 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

9) **I** (portador do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX, n.º XXX, Edf. XXX, XXX Andar XXX, Tel.: XXX), contratado pela companhia acima referida como *croupier* desde 11 de Novembro de 1987 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 23 de Julho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

11) **J** (portador do BIRM n.º XXX, residente na XXX, Edf. XXX, Bloco XXX, XXX Andar XXX, Tel.: XXX), contratado pela companhia acima referida como *croupier* desde 15 de Fevereiro de 1980 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

12) **L** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na XXX, n.º XXX, Edf. XXX, XXX andar XXX, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 1 de Dezembro de 1989 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual, feriados obrigatórios e licença de maternidade.

13) **M** (portador do BIRM n.º XXX, residente na XXX, n.º XXX, Edf. XXX, XXX andar XXX, Tel.: XXX), contratado pela companhia acima referida como

croupier desde 1 de Julho de 1988 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

14) **N** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX, XXX andar XXX Macau, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 1 de Janeiro de 1982 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual, feriados obrigatórios e licença de maternidade.

15) **O** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na XXX, FL. XXX, Flat XXX, Edf. XXX Macau, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 30 de Setembro de 1992 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 16 de Julho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual, feriados obrigatórios e licença de maternidade.

16) **P** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX, XXX andar XXX, BL., Edf. XXX Macau, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 1 de Outubro de 1982 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual, feriados obrigatórios e licença de maternidade.

17) **Q** (portador do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX, n.º XXX, Edf. XXX, XXX. XXX, XXX andar XXX, Tel.: XXX), contratado pela companhia acima referida como *croupier* desde 1 de Julho de 1990 e recebeu um salário diário não apurado.

Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

18) **R** (portador do BIRM n.º XXX, residente na XXX Edf. XXX, XXX andar XXX, Tel.: XXX), contratado pela companhia acima referida como *croupier* desde 21 de Setembro de 1982 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

19) **S** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na XXX, Edf. XXX, XXX andar XXX, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 23 de Janeiro de 1979 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

20) **T** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX, n.º XXX, Edf. XXX, Bl. XXX, XXX andar XXX, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 1 de Setembro de 1979 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

21) **U** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX, n.º XXX, Edf. XXX, XXX andar XXX, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 23 de Janeiro de 1979 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao

dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual, feriados obrigatórios e licença de maternidade.

22) V (portadora do BIRM n.º XXX, residente na XXX, Edf. XXX, Bl. XXX, XXX andar XXX, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 1 de Setembro de 1979 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual, feriados obrigatórios e licença de maternidade.

23) X (portadora do BIRM n.º XXX, residente na XXX, n.º XXX, Edf. XXX, XXX andar XXX, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 23 de Janeiro de 1979 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 24 de Julho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

24) Z (portadora do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX, Edf. XXX, XXX andar XXX, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 11 de Março de 1991 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

25) AA (portadora do BIRM n.º XXX, residente na XXX, n.º XXX, Edf. XXX, Bl. XXX, XXX andar XXX, Macau, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 21 de Abril de 1989 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu

compensação extraordinária relativa a descanso anual, feriados obrigatórios e licença de maternidade.

26) **BB** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na XXX, n.º XXX, Edf. XXX, Bl. XXX Andar XXX Macau, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 21 de Julho de 1989 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

27) **CC** (portador do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX, Bloco XXX, Fl. XXX, Edf. XXX Macau, Tel.: XXX), contratado pela companhia acima referida como *croupier* desde 11 de Abril de 1990 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

28) **DD** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na XXX, Edf. XXX, XXX, XXX andar XXX, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 1 de Julho de 1982 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 24 de Julho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual, feriados obrigatórios e licença de maternidade.

29) **EE** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na XXX, n.º XXX, Edf. XXX, XXX andar XXX, Macau, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 21 de Setembro de 1983 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação

extraordinária relativa a descanso anual, feriados obrigatórios e licença de maternidade.

30) **FF** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX, Bl. XXX, Fl XXX, XXX Macau, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 11 de Julho de 1991 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual, feriados obrigatórios e licença de maternidade.

31) **GG** (portador do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX, S/N, Fl XXX, Edf. XXX Macau, Tel.: XXX), contratado pela companhia acima referida como *croupier* desde 1 de Maio de 1991 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

32) **HH** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na XXX, n.º XXX, Edf. XXX, Bl. XXX, XXX Andar XXX Macau, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 29 de Agosto de 1974 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

33) **II** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na XXX, n.º XXX, Edf. XXX, B XXX, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 12 de Abril de 1978 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 24 de Julho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a

descanso anual e feriados obrigatórios.

34) **JJ** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na XXX, Edf. XXX, Bloco XXX, XXX Andar XXX, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 21 de Janeiro de 1982 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual, feriados obrigatórios e licença de maternidade.

35) **LL** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX, n.º XXX, Edf. XXX, XXX Andar XXX Macau, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 21 de Outubro de 1992 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Julho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

36) **MM** (portador do BIRM n.º XXX, residente na XXX, n.º XXX, Edf. XXX, XXX Andar XXX, Tel.: XXX), contratado pela companhia acima referida como *croupier* desde 11 de Janeiro de 1991 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 24 de Agosto de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

37) **NN** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na XXX, Edf. XXX, XXX, XXX andar XXX, XXX, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 11 de Março de 1988 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 25 de Julho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual, feriados obrigatórios e licença de maternidade.

38) **OO** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX, Bl XXX, Fl XXX, Flat XXX, Edf. XXX, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 1 de Julho de 1989 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual, feriados obrigatórios e licença de maternidade.

39) **PP** (portador do BIRM n.º XXX, residente na na Rua XXX, Bl. XXX, Fl XXX, Edf. XXX Macau, Tel.: XXX), contratado pela companhia acima referida como *croupier* desde 21 de Janeiro de 1993 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 23 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

40) **QQ** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX, n.º XXX, Edf. XXX, XXX andar XXX, Macau, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 1 de Setembro de 1979 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 21 de Julho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual, feriados obrigatórios e licença de maternidade.

41) **RR** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na XXX, XXX, XXX Andar XXX, Ed. XXX, Macau, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 1 de Março de 1970 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Julho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

42) **SS** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na XXX, n.º XXX, XXX andar XXX, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 1 de Julho de 1977 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual, feriados obrigatórios e licença de maternidade.

43) **TT** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX, XXX, Edf. XXX, XXX andar XXX, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 16 de Novembro de 1971 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 26 de Julho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual, feriados obrigatórios e licença de maternidade.

44) **UU** (portador do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX, XXX, Edf. XXX, Bloco XXX, XXX Andar XXX, Tel.: XXX), contratado pela companhia acima referida como *croupier* desde 10 de Março de 1993 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 23 de Julho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

45) **VV** (portadora do BIRM n.º 5/128071/7, residente na Rua XXX, XXX, Edf. XXX, XXX andar XXX, Taipa, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 14 de Agosto de 1990 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 16 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual, feriados obrigatórios e licença de

maternidade.

46) **XX** (portador do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX, XXX, Edf. XXX, XXX andar XXX, Taipa, Tel.: XXX), contratado pela companhia acima referida como *croupier* desde 1 de Agosto de 1985 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 23 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

47) **ZZ** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX, n.º XXX Edf. XXX, XXX-andar-XXX, Macau, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 1 de Julho de 1988 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual, feriados obrigatórios e licença de maternidade.

48) **AAA** (portador do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX, n.º XXX, Edf. XXX, XXX Andar XXX, Tel.: XXX), contratado pela companhia acima referida como *croupier* desde 11 de Fevereiro de 1983 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

49) **BBB** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX, n.º XXX, XXX Andar XXX, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 23 de Janeiro de 1979 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 23 de Julho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária

relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

50) **CCC** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX Edf. XXX, XXX Andar XXX Macau, Tel.: XXX, contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 1 de Janeiro de 1982 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

51) **DDD** (portador do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX, Edf. XXX, BL. XXX, XXX andar XXX, Macau, Tel.: XXX), contratado pela companhia acima referida como *croupier* desde 21 de Junho de 1984 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 26 de Julho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

52) **EEE** (portador do BIRM n.º XXX, residente na XXX, Bl. XXX, XXX Andar XXX, Taipa Tel.: XXX), contratado pela companhia acima referida como *croupier* desde 11 de Junho de 1981 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

53) **FFF** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na XXX, n.º XXX, Ed. XXX, Bl. XXX, XXX Andar XXX Macau, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 29 de Agosto de 1974 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual, feriados obrigatórios e licença

de maternidade.

54) **GGG** (portadora do BIRM n.º XXX, residente no XXX, n.º XXX, Ed. XXX, XXX Andar Macau, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 2 de Janeiro de 1972 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 25 de Agosto de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

55) **HHH** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX, n.º XXX, Edf. XXX, XXX Andar XXX Macau, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 29 de Abril de 1971 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

56) **III** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na XXX, Ed. XXX, XXX Andar XXX Taipa, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 11 de Março de 1991 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

57) **JJJ** (portador do BIRM n.º XXX, residente no Bairro XXX, Ed. XXX, Bl. XXX, XXX Andar XXX, Macau, Tel.: XXX), contratado pela companhia acima referida como *croupier* desde 21 de Abril de 1992 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

58) **LLL** (portador do BIRM n.º XXX, residente na XXX, Ed. XXX, XXX Andar XXX, Taipa Tel.: XXX), contratado pela companhia acima referida como *croupier* desde 21 de Junho de 1984 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

59) **MMM** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na XXX, Ed. XXX, XXX Andar XXX Taipa, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 21 de Abril de 1974 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

60) **NNN** (portador do BIRM n.º XXX, residente na XXX, n.º XXX, Ed. XXX, XXX Andar XXX, Macau, Tel.: XXX), contratado pela companhia acima referida como *croupier* desde 30 de Setembro de 1992 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

61) **OOO** (portador do BIRM n.º XXX, residente na XXX, Fl. XXX, Flat XXX, Ed. XXX Taipa, Tel.: XXX), contratado pela companhia acima referida como *croupier* desde 1 de Agosto de 1980 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

62) **PPP** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na XXX n.º XXX, Fl XXX,

Flat XXX, Ed. XXX Macau, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 15 de Julho de 1972 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

63) **QQQ** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na XXX, Edf. XXX, XXX Andar XXX Taipa, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 16 de Abril de 1981 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual, feriados obrigatórios e licença de maternidade.

64) **RRR** (portador do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX Edf. XXX, XXX Andar Macau, Tel.: XXX), contratado pela companhia acima referida como *croupier* desde 21 de Junho de 1984 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

65) **SSS** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX, XXX, Ed, XXX, XXX Andar XXX Taipa, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 1 de Fevereiro de 1994 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 29 de Agosto de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

66) **TTT** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX Edf. XXX, XXX Andar XXX Macau, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como

croupier desde 11 de Março de 1991 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 5 de Setembro de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

67) **UUU** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na Av. XXX Floor XXX, Flat XXX Macau, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 11 de Fevereiro de 1983 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 25 de Agosto de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

68) **VVV** (portador do BIRM n.º XXX, residente na XXX, Ed, XXX, n.º XXX, XXX Andar XXX, Macau Tel.: XXX), contratado pela companhia acima referida como *croupier* desde 21 de Agosto de 1985 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 31 de Agosto de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

69) **XXX** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX Edf. XXX, XXX Andar XXX Macau, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 21 de Setembro de 1982 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 29 de Agosto de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

70) **ZZZ** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX, XXX, Edf. XXX, XXX andar XXX, Taipa, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 1 de Fevereiro de 1989 e recebeu um salário diário não apurado. Após a

investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 27 de Julho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual, feriados obrigatórios e licença de maternidade.

71) **AAAA** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na XXX, Ed. XXX, XXX Andar XXX, Macau, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 11 de Março de 1991 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 17 de Julho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual, feriados obrigatórios e licença de maternidade.

72) **BBBB** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na XXX Bl. XXX, XXX, Edif. XXX Taipa, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 25 de Janeiro de 1990 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 24 de Agosto de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual, feriados obrigatórios e licença de maternidade.

73) **CCCC** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX, n.º XXX, Edif. XXX, Bl. XXX, XXX Andar XXX Macau, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 21 de Setembro de 1990 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 27 de Julho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual, feriados obrigatórios e licença de maternidade.

74) **DDDD** (portador do BIRM n.º XXX, residente na XXX, n.º XXX, Ed. XXX, XXX Andar XXX, Macau Tel.: XXX), contratado pela companhia acima referida como *croupier* desde 21 de Fevereiro de 1983 e recebeu um salário diário não apurado.

Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 24 de Julho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

75) **EEEE** (portador do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX, XXX Andar XXX, Ed. XXX Taipa Tel.: XXX), contratado pela companhia acima referida como *croupier* desde 20 de Junho de 1988 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

76) **FFFF** (portador do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX, n.º XXX, Ed. XXX, XXX Andar XXX, Macau Tel.: XXX), contratado pela companhia acima referida como *croupier* desde 26 de Outubro de 1986 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

77) **GGGG** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na XXX, Ed. XXX, XXX Andar XXX Macau, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 16 de Setembro de 1979 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 22 de Julho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

78) **HHHH** (portador do BIRM n.º XXX, residente no Bairro XXX, Ed. XXX, Bl. XXX, XXX Andar XXX, Taipa Tel.: XXX), contratado pela companhia acima referida como supervisor do casino desde 1 de Março de 1970 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na

respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

79) **IIII** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na XXX, Edf. XXX, XXX Andar XXX Taipa, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 21 de Setembro de 1990 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

80) **JJJJ** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na na Av. XXX, Edf. XXX, XXX, XXX Andar XXX, Taipa, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 15 de Janeiro de 1971 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

81) **LLLL** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na Taipa, Edf. XXX, XXX Andar XXX Taipa,, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 21 de Junho de 1987 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

82) **MMMM** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na R. XXX Andar XXX Ed. XXX Macau, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 1 de Novembro de 1965 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária

relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

83) **NNNN** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX, Bl. XXX, XXX Andar XXX, XXX Macau, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 11 de Novembro de 1987 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual, feriados obrigatórios e licença de maternidade.

84) **OOOO** (portador do BIRM n.º XXX, residente na R. XXX, n.º XXX, R/C Macau, Tel.: XXX), contratado pela companhia acima referida como *croupier* desde 11 de Março de 1988 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

85) **PPPP** (portador do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX Ed. XXX, XXX Andar XXX, Taipa Tel.: XXX), contratado pela companhia acima referida como fiscalizador do casino desde 11 de Janeiro de 1991 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

86) **QQQQ** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na XXX, XXX, Edf. XXX, XXX andar XXX, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 1 de Maio de 1991 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 23 de Julho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária

relativa a descanso anual, feriados obrigatórios e licença de maternidade.

87) **RRRR** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na R. XXX n.º XXX, XXX Andar XXX Ed. XXX Macau, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 1 de Setembro de 1979 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

88) **SSSS** (portador do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX, n.º XXX, Ed. XXX, XXX Andar XXX, Macau, Tel.: XXX), contratado pela companhia acima referida como fiscalizador do casino desde 20 de Agosto de 1975 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 24 de Julho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

89) **TTTT** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX, XXX, XXX andar XXX, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 27 de Janeiro de 1979 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 20 de Julho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual, feriados obrigatórios e licença de maternidade.

90) **UUUU** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na XXX Andar XXX Ed. XXX Macau, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 21 de Junho de 1984 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual, feriados obrigatórios e licença de maternidade.

91) **VVVV** (portador do BIRM n.º XXX, residente na Av. XXX, n.º XXX, Block XXX, Floor XXX XXX Macau, Tel.: XXX), contratado pela companhia acima referida como *croupier* desde 11 de Março de 1988 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

92) **XXXX** (portador do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX n.º XXX, Ed. XXX, Bl. XXX, XXX Andar XXX, Macau, Tel.: XXX), contratado pela companhia acima referida como *croupier* desde 1 de Abril de 1970 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

93) **ZZZZ** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX, n.º XXX, Ed. XXX, XXX Andar XXX Macau, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 21 de Março de 1993 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 28 de Julho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

94) **AAAAA** (portador do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX, Ed. XXX, XXX Andar XXX, Taipa Tel.: XXX), contratado pela companhia acima referida como *croupier* desde 1 de Fevereiro de 1989 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

95) **BBBBB** (portador do BIRM n.º XXX, residente na R. XXX, n.º XXX, XXX

Andar XXX, Ed. XXX Macau, Tel.: XXX), contratado pela companhia acima referida como *croupier* desde 21 de Setembro de 1990 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

96) **CCCCC** (portadora do BIRM n.º XXX, residente no XXX, n.º XXX, Edif. XXX, XXX andar XXX, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 1 de Julho de 1982 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual, feriados obrigatórios e licença de maternidade.

97) **DDDDD** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX, n.º XXX, XXX Andar XXX Macau, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 14 de Novembro de 1964 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

98) **EEEEE** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na Av. XXX, n.º XXX, Ed. XXX, XXX Andar XXX Macau, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 18 de Fevereiro de 1979 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 25 de Julho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

99) **FFFFF** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX, n.º XXX, Edif. XXX, XXX andar XXX, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como

croupier desde 21 de Dezembro de 1984 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual, feriados obrigatórios e licença de maternidade.

100) **RRRR** (portador do BIRM n.º XXX, residente no Bairro XXX, Ed. XXX, Bloco XXX, XXX Andar XXX, Macau, Tel.: XXX), contratado pela companhia acima referida como *croupier* desde 30 de Setembro de 1992 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

101) **HHHHH** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX Edf. XXX XXX Macau, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 1 de Junho de 1966 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

102) **IIIII** (portador do BIRM n.º XXX, residente no XXX, n.º XXX, Ed. XXX, XXX Andar XXX, Macau, Tel.: XXX), contratado pela companhia acima referida como *croupier* desde 1 de Dezembro de 1989 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

103) **JJJJJ** (portador do BIRM n.º XXX, residente na Av. XXX, XXX, Ed. XXX, Bl. XXX, XXX Andar XXX, Taipa Tel.: XXX), contratado pela companhia acima

referida como *croupier* desde 11 de Julho de 1991 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

104) **LLLLL** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX, Ed. XXX, XXX Andar XXX, Taipa, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 1 de Julho de 1988 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual, feriados obrigatórios e licença de maternidade.

105) **MMMMM** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na XXX, n.º XXX, Edf. XXX, XXX Andar XXX, Macau, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 1 de Setembro de 1979 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

106) **NNNNN** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX Bl XXX, XXX Andar XXX, Edf. XXX, Taipa, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 1 de Março de 1982 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

107) **OOOOO** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX Edf. XXX, XXX, XXX Andar XXX Macau, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 1 de Fevereiro de 1997 e recebeu um salário diário não

apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

108) **PPPPP** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na Taipa, Ed. XXX, Bl. XXX, XXX Andar XXX, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 1 de Novembro de 1991 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual, feriados obrigatórios e licença de maternidade.

109) **QQQQQ** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX, Edf. XXX, Bl. XXX, XXX andar XXX, Taipa, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 1 de Outubro de 1990 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual, feriados obrigatórios e licença de maternidade.

110) **RRRRR** (portador do BIRM n.º XXX, residente na Av. XXX, Edf. XXX, XXX andar XXX, Macau, Tel.: XXX), contratado pela companhia acima referida como *croupier* desde 25 de Junho de 1980 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

111) **SSSSS** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na Av. XXX, Edf. XXX, XXX andar XXX, Macau, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 29 de Junho de 1981 e recebeu um salário diário não apurado.

Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual, feriados obrigatórios e licença de maternidade.

112) TTTTT (portadora do BIRM n.º XXX, residente no Bairro XXX, Ed. XXX, Bl. XXX, XXX andar XXX, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 21 de Janeiro de 1993 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Julho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual, feriados obrigatórios e licença de maternidade.

113) UUUUU (portadora do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX, S/N, Ed. XXX, XXX Andar XXX, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 1 de Janeiro de 1982 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual, feriados obrigatórios e licença de maternidade.

114) VVVVV (portadora do BIRM n.º XXX, residente XXX, XXX Andar XXX Ed. XXX Macau, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 1 de Janeiro de 1982 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

115) XXXXX (portador do BIRM n.º XXX, residente na Av. XXX, n.º XXX, Ed. XXX, XXX Andar XXX, Macau, Tel.: XXX), contratado pela companhia acima

referida como *croupier* desde 21 de Dezembro de 1978 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

116) **ZZZZZ** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na XXX, XXX Andar, Ed. XXX, Macau, Tel.: 558721), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 21 de Dezembro de 1984 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

117) **AAAAA** (portador do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX S/N XXX Andar XXX, Bl. XXX Ed. XXX, Taipa Tel.: XXX), contratado pela companhia acima referida como *croupier* desde 15 de Fevereiro de 1980 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

118) **BBBBB** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX, Edif. XXX, XXX Andar XXX Taipa, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 22 de Janeiro de 1990 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 28 de Agosto de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

119) **CCCCC** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na XXX, S/N, XXX, Bl. XXX, XXX andar XXX, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 11 de Abril de 1990 e recebeu um salário diário não apurado. Após a

investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual, feriados obrigatórios e licença de maternidade.

120) **DDDDDD** (portadora do BIRM n.º XXX, residente no XXX, S/N, Ed. XXX, Bl. XXX, XXX andar XXX, Macau, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como ficheira de sala de jogos desde 11 de Março de 1988 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual, feriados obrigatórios e licença de maternidade.

121) **EEEEEE** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na XXX, Ed. XXX, Bl. XXX, XXX andar XXX, Macau, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 11 de Setembro de 1984 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

122) **FFFFFF** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na Av. XXX, Ed. XXX, XXX Andar XXX, Macau, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 21 de Janeiro de 1982 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual, feriados obrigatórios e licença de maternidade.

123) **GGGGGG** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX, n.º XXX, Ed. XXX, Bl. XXX, XXX-andar-XXX, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima

referida como *croupier* desde 1 de Março de 1984 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

124) **HHHHHH** (portador do BIRM n.º XXX, residente na Av. XXX, n.º XXX, Ed. XXX, XXX Andar XXX Macau, Tel.: XXX), contratado pela companhia acima referida como *croupier* desde 29 de Dezembro de 1969 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

125) **IIIIII** (portador do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX, n.º XXX, Ed. XXX, XXX Andar XXX, Macau, Tel.: XXX), contratado pela companhia acima referida como *croupier* desde 21 de Dezembro de 1970 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 20 de Julho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

126) **JJJJJJ** (portador do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX, XXX Andar XXX, Macau, Tel.: XXX), contratado pela companhia acima referida como *croupier* desde 15 de Fevereiro de 1980 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

127) **LLLLLL** (portador do BIRM n.º XXX, residente na Avn. XXX, XXX Edif. XXX, XXX Andar XXX, Macau, Tel.: XXX), contratado pela companhia acima referida como *croupier* desde 21 de Janeiro de 1993 e recebeu um salário diário não

apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

128) **MMMMMM** (portador do BIRM n.º XXX, residente na Rua de XXX, Ed. XXX, XXX Andar XXX, Taipa Tel.: XXX), contratado pela companhia acima referida como *croupier* desde 2 de Outubro de 1975 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 22 de Julho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

129) **NNNNNN** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX, Ed. XXX, XXX Andar XXX, Taipa Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 15 de Janeiro de 1971 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

130) **OOOOOO** (portador do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX Edf. XXX, XXX Andar XXX, Macau, Tel.: XXX), contratado pela companhia acima referida como *croupier* desde 1 de Outubro de 1986 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

131) **PPPPPP** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX, n.º XXX, Edf. XXX, XXX Andar XXX Macau, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 11 de Fevereiro de 1983 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva

companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

132) **QQQQQQ** (portador do BIRM n.º XXX, residente na XXX, Bl. XXX, XXX Andar XXX, XXX Tel.: XXX), contratado pela companhia acima referida como *croupier* desde 14 de Junho de 1990 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

133) **RRRRRR** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX, n.º XXX, Edf. XXX, XXX Andar XXX Macau, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 16 de Janeiro de 1992 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 25 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

134) **SSSSSS** (portador do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX, Ed. XXX, Bl. XXX, XXX Andar XXX, Macau, Tel.: XXX), contratado pela companhia acima referida como supervisor do casino desde 1 de Janeiro de 1972 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

135) **TTTTTT** (portador do BIRM n.º XXX, residente na XXX, S/N, XXX Andar XXX, Edf. XXX, Macau, Tel.: XXX), contratado pela companhia acima referida como *croupier* desde 1 de Junho de 1984 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu

compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

136) UUUUUU (portadora do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX, n.º XXX, Edf. XXX, XXX Andar XXX, Macau, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 27 de Janeiro de 1979 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

137) VVVVVV (portador do BIRM n.º XXX, residente no XXX, n.ºXXX, Ed. XXX, XXX Andar XXX, Macau, Tel.: XXX), contratado pela companhia acima referida como *croupier* desde 1 de Junho de 1985 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 31 de Agosto de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

138) XXXXXX (portador do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX, n.º XXX, Edf. XXX, XXX-andar-XXX, Macau Tel.: XXX), contratado pela companhia acima referida como *croupier* desde 1 de Julho de 1988 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 20 de Julho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

139) ZZZZZZ (portador do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX, n.º XXX, XXX-andar-XXX, Tel.: XXX), contratado pela companhia acima referida como *croupier* desde 15 de Fevereiro de 1980 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 27 de Julho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

140) **AAAAAAA** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX, Ed. XXX, XXX-andar-XXX, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 1 de Julho de 1994 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

141) **BBBBBBB** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX, XXX, Bloco XXX, XXX-andar-XXX, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 1 de Setembro de 1985 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

142) **CCCCCC** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX XXX-andar-XXX, Edf. XXX, Macau, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 11 de Outubro de 1995 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

143) **DDDDDDD** (portadora do BIRM n.º XXX, residente na Rua XXX, Edf. XXX, XXX-andar-XXX, Macau, Tel.: XXX), contratada pela companhia acima referida como *croupier* desde 1 de Maio de 1991 e recebeu um salário diário não apurado. Após a investigação, verifica-se que a partir do seu ingresso na respectiva companhia até ao dia 30 de Junho de 2002, a companhia não lhe concedeu compensação extraordinária relativa a descanso anual e feriados obrigatórios.

Face a isto, a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais notificou a

arguida de que as multas e outras verbas que esta deveu aos seus empregados devem ser pagas antes do prazo indicado, porém, até à presente data, a arguida só pagou dívida aos empregados, **I, I, Z, III, RRRR, LLLL, OOOO, GGGGG, HHHHH, IIIII e RRRRR** e respondeu explicitamente no dia 2 de Junho de 2003, não procedeu à reparação, por própria iniciativa, das respectivas infracções porque aqueles empregados já tinham interposto acção no tribunal.

Igualmente foram provados os seguintes:

De harmonia com o acordo estipulado entre a arguida e os empregados, se não pretendem chegar ao serviço, os empregados em causa devem requerer antecipadamente, a dispensa do serviço depende da autorização da arguida e esta não vai conceder ao empregado o salário do dia em que falta ao serviço. A arguida também não estabelece um limite máximo de faltas dos empregados.

Os onze empregados envolvidos no processo, **I, I, Z, III, RRRR, LLLL, OOOO, GGGGG, HHHHH, IIIII e RRRRR** declararam que já receberam o dinheiro indemnizatório pago pela arguida, pelo que, sendo desnecessária qualquer indemnização.

Dos 143 empregados envolvidos no processo, com excepção dos 11 empregados acima mencionados que já foram indemnizados e dalguns que ficaram ausentes do julgamento, **P, LLLL, RRRR, TTTT, DDDDD e OOOOO**, os restantes empregados envolvidos no processo manifestaram que já tinham interposto acção civil contra a arguida, no sentido de pretender requerer indemnização mediante procedimento civil.

Além disso, as datas em que as empregadas envolvidas no presente processo que deram à luz são as seguintes:

2) **B** deu à luz em 10/5/1994 e 19/7/1997.

- 5) **E** deu à luz em 12/1/1994
- 7) **G** deu à luz em 22/2/1994 e 9/2/1998.
- 12) **L** deu à luz em 25/11/1996.
- 14) **N** deu à luz em 13/4/1984 e 20/2/1989.
- 15) **O** deu à luz em 30/3/1996.
- 16) **P** deu à luz em 6/4/1991.
- 21) **U** deu à luz em 1/5/1987.
- 22) **V** deu à luz em 3/7/1987.
- 25) **AA** deu à luz em 12/9/1990 e 13/7/1997.
- 28) **DD** deu à luz em 18/9/1993.
- 29) **EE** deu à luz em 18/4/1989 e 1/5/1993.
- 30) **FF** deu à luz em 8/10/1997.
- 34) **JJ** deu à luz em 8/2/1992 e 8/11/1994.
- 37) **NN** deu à luz em 3/3/1996.
- 38) **OO** deu à luz em 22/8/1996.
- 40) **QQ** deu à luz em 29/2/1988 e 12/6/1990.
- 42) **SS** deu à luz em 19/12/1987.
- 43) **TT** deu à luz em 7/2/1986.
- 45) **VV** deu à luz em 12/3/2001.
- 47) **ZZ** deu à luz em 11/10/1994 e 25/3/1997.
- 53) **FFF** deu à luz em 20/4/1989.
- 63) **QQQ** deu à luz em 5/5/1985.
- 70) **ZZZ** deu à luz em 11/12/1995.
- 71) **AAAA** deu à luz em 19/3/1996.
- 72) **BBBB** deu à luz em 27/4/1997 e 1/7/2001.

- 73) **CCCC** deu à luz em 12/4/1996.
- 83) **NNNN** deu à luz em 1/5/2001.
- 86) **QQQQ** deu à luz em 15/1/1999.
- 89) **TTTT** deu à luz em 2/8/1984 e 26/11/1988.
- 90) **UUUU** deu à luz em 22/11/1990, 4/8/2000 e 19/3/2002.
- 96) **CCCCC** deu à luz em 21/1/1985.
- 99) **FFFFF** deu à luz em 17/5/1993 e 30/7/1995.
- 104) **LLLLL** deu à luz em 25/6/2001.
- 108) **PPPPP** deu à luz em 26/1/1997 e 28/1/1998.
- 109) **QQQQQ** deu à luz em 5/6/1999.
- 111) **SSSSS** deu à luz em 14/4/1990.
- 112) **TTTTT** deu à luz em 30/3/1994.
- 113) **UUUUU** deu à luz em 4/12/1986.
- 119) **CCCCCC** deu à luz em 27/4/1999.
- 120) **DDDDDD** deu à luz em 1/11/1995 e 12/1/2001.
- 122) **FFFFFFF** deu à luz em 14/11/1985, 16/8/1987 e 18/2/1989.”

*

Factos não apurados:

“outros factos constantes do auto de notícia, nomeadamente:

1) O último salário diário de **A** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$10.565,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.931,4725 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.060,885. Totalizando no valor de MOP\$15.558,34.

2) O último salário diário de **B** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios e descanso de parto; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.959,185, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.861,7725 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.060,885, bem como a compensação de retribuição da licença de maternidade no valor de MOP\$902,5625. Totalizando no valor de MOP\$15.784,41.

3) O último salário diário de **C** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.929,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.854,8225 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085. Totalizando em valor de MOP\$14.840,89.

4) O último salário diário de **D** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$12.182,485, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$3.126,3125 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.073,085. Totalizando no valor de MOP\$17.381,88.

5) O último salário diário de **E** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios e descanso de parto; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.976,4025, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.862,55875, a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085, bem como a compensação de retribuição da licença de

maternidade no valor de MOP\$361,025. Totalizando no valor de MOP\$15.256,07.

6) O último salário diário de **F** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$7.473,2175, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.297,66625 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$1.681,345. Totalizando no valor de MOP\$11.452,23.

7) O último salário diário de **G** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios e descanso de parto; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.868,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.851,5225, a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.060,885, bem como a compensação de retribuição da licença de maternidade no valor de MOP\$902,5625. Totalizando no valor de MOP\$15.683,96.

8) O último salário diário de **H** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$6.673,805, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.026,8975 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$1.536,935. Totalizando no valor de MOP\$10.237,64.

9) A arguida nunca concedeu ao empregado **I** o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.796,775, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.841,05875 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085. Totalizando no valor de

MOP\$14.693,92.

10) A arguida nunca concedeu ao empregado **I** o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.781,3025, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.841,05875 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085. Totalizando no valor de MOP\$14.678,45.

11) O último salário diário de **J** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.929,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.854,8225 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085. Totalizando no valor de MOP\$14.840,89.

12) O último salário diário de **L** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios e descanso de parto; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.025,625, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.723,16 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$1.949,535, bem como a compensação de retribuição da licença de maternidade no valor de MOP\$541,5375. Totalizando no valor de MOP\$14.239,86.

13) O último salário diário de **M** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.589,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.815,7225 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de

MOP\$2.056,085. Totalizando no valor de MOP\$14.461,79.

14) O último salário diário de **N** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios e descanso de parto; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$10.565,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.931,4725 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.060,885, bem como a compensação de retribuição da licença de maternidade no valor de MOP\$123. Totalizando no valor de MOP\$15.681,34.

15) O último salário diário de **O** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios e descanso de parto; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$7.215,3425, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.220,30375 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$1.660,715, bem como a compensação de retribuição da licença de maternidade no valor de MOP\$541,5375. Totalizando no valor de MOP\$11.637,9.

16) O último salário diário de **P** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios e descanso de parto; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$10.565,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.931,4725 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.060,885, bem como a compensação de retribuição da licença de maternidade no valor de MOP\$361.025. Totalizando no valor de MOP\$15.919,37.

17) O último salário diário de **Q** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de

MOP\$8.406,725, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.641,8525 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$1.928,905. Totalizando no valor de MOP\$12.950,48.

18) O último salário diário de **R** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$10.565,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.931,4725 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.060,885. Totalizando no valor de MOP\$15.558,34.

19) O último salário diário de **S** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.929,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.854,8225 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085. Totalizando no valor de MOP\$14.840,89.

20) O último salário diário de **T** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.929,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.854,8225 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085. Totalizando no valor de MOP\$14.840,89.

21) O último salário diário de **U** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios e descanso de parto; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.929,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor

de MOP\$2.854,8225 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085, bem como a compensação de retribuição da licença de maternidade no valor de MOP\$51. Totalizando no valor de MOP\$14.891,89.

22) O último salário diário de **V** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios e descanso de parto; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.929,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.854,8225 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085, bem como a compensação de retribuição da licença de maternidade no valor de MOP\$51. Totalizando no valor de MOP\$14.891,89.

23) O último salário diário de **X** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.976,4025, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.862,55875 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085. Totalizando no valor de MOP\$14.895,05.

24) A arguida nunca concedeu à empregada **Z** o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$8.014,755, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.491,0725 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$1.805,125. Totalizando no valor de MOP\$12.310,95.

25) O último salário diário de **AA** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios e

descanso de parto; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.561,485, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.818,9725 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.052,685, bem como a compensação de retribuição da licença de maternidade no valor de MOP\$902.5625. Totalizando no valor de MOP\$15.335,71.

26) O último salário diário de **BB** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.417,595, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.800,5225 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.032,055. Totalizando no valor de MOP\$14.250,17.

27) O último salário diário de **CC** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$8.633,655, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.661,27 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$1.928,905. Totalizando no valor de MOP\$13.223,83.

28) O último salário diário de **DD** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios e descanso de parto; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$10.612,4025, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.939,20875 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.060,885, bem como a compensação de retribuição da licença de maternidade no valor de MOP\$361,025. Totalizando no valor de

MOP\$15.973,52.

29) O último salário diário de **EE** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios e descanso de parto; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.929,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.854,8225 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085, bem como a compensação de retribuição da licença de maternidade no valor de MOP\$420.525. Totalizando no valor de MOP\$15.261,42.

30) O último salário diário de **FF** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios e descanso de parto; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$7.829,085, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.429,1825 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$1.784,495, bem como a compensação de retribuição da licença de maternidade no valor de MOP\$541,5375. Totalizando no valor de MOP\$12.584,3.

31) O último salário diário de **GG** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$7.932,235, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.460,1275 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$1.805,125. Totalizando no valor de MOP\$12.197,49.

32) O último salário diário de **HH** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de

MOP\$9.929,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.854,8225 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085. Totalizando no valor de MOP\$14.840,89.

33) O último salário diário de **II** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.976,4025, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.862,55875 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085. Totalizando no valor de MOP\$14.895,05.

34) O último salário diário de **JJ** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios e descanso de parto; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.929,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.854,8225 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085, bem como a compensação de retribuição da licença de maternidade no valor de MOP\$722,05. Totalizando no valor de MOP\$15.562,94.

35) O último salário diário de **LL** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$7.215,3425, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.204,83125 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$1.640,085. Totalizando no valor de MOP\$11.060,26.

36) O último salário diário de **MM** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a

arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$8.221,055, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.537,49 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$1.825,755. Totalizando no valor de MOP\$12.584,3.

37) O último salário diário de **NN** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios e descanso de parto; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.873,475, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.853,10875 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.060,885, bem como a compensação de retribuição da licença de maternidade no valor de MOP\$541,5375. Totalizando no valor de MOP\$15.329,01.

38) O último salário diário de **OO** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios e descanso de parto; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.479,485, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.800,5225 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.052,685, bem como a compensação de retribuição da licença de maternidade no valor de MOP\$541,5375. Totalizando no valor de MOP\$14.874,23.

39) O último salário diário de **PP** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$7.003,885, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.150,6775 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de

MOP\$1.578,195. Totalizando no valor de MOP\$10.732,76.

40) O último salário diário de **QQ** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios e descanso de parto; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.976,4025, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.862,55875 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085, bem como a compensação de retribuição da licença de maternidade no valor de MOP\$412,025. Totalizando no valor de MOP\$15.307,07.

41) O último salário diário de **RR** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.991,875, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.862,55875 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085. Totalizando no valor de MOP\$14.910,52.

42) O último salário diário de **SS** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios e descanso de parto; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.929,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.854,8225 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085, bem como a compensação de retribuição da licença de maternidade no valor de MOP\$51. Totalizando no valor de MOP\$14.891,89.

43) O último salário diário de **TT** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios e descanso

de parto; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.991,875, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.862,55875 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085, bem como a compensação de retribuição da licença de maternidade no valor de MOP\$51. Totalizando no valor de MOP\$14.961,52.

44) O último salário diário de **UU** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$6.931,68, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.119,7325 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$1.557,565. Totalizando no valor de MOP\$10.608,98.

45) O último salário diário de **VV** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios e descanso de parto; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$8.313,89, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.599,38 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$1.908,275, bem como a compensação de retribuição da licença de maternidade no valor de MOP\$541,5375. Totalizando no valor de MOP\$13.363,08.

46) O último salário diário de **XX** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$10.085,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.873,0725 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085. Totalizando no valor de MOP\$15.015,14.

47) O último salário diário de **ZZ** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios e descanso de parto; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.745,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.837,1725 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.060,885, bem como a compensação de retribuição da licença de maternidade no valor de MOP\$902,5625. Totalizando no valor de MOP\$15.546,61.

48) O último salário diário de **AAA** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$10.565,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.931,4725 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.060,885. Totalizando no valor de MOP\$15.558,34.

49) O último salário diário de **BBB** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$10.612,4025, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.939,20875 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.060,885. Totalizando no valor de MOP\$15.612,5.

50) O último salário diário de **CCC** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$10.565,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.931,4725 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de

MOP\$2.060,885. Totalizando no valor de MOP\$15.558,34.

51) O último salário diário de **DDD** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$10.059,075, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.870,51875 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085. Totalizando no valor de MOP\$14.985,68.

52) O último salário diário de **EEE** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.929,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.854,8225 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085. Totalizando no valor de MOP\$14.840,89.

53) O último salário diário de **FFF** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios e descanso de parto; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.929,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.854,8225 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085, bem como a compensação de retribuição da licença de maternidade no valor de MOP\$59,5. Totalizando no valor de MOP\$14.900,39.

54) O último salário diário de **GGG** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$10.053,765, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de

MOP\$2.870,295 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085. Totalizando no valor de MOP\$14.980,15.

55) O último salário diário de **HHH** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$10.565,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.931,4725 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.060,885. Totalizando no valor de MOP\$15.558,34.

56) A arguida nunca concedeu à empregada **III** o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$8.014,775, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.491,0725 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$1.805,125. Totalizando no valor de MOP\$12.310,95.

57) O último salário diário de **JJJ** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$7.406,17, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.289,93 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$1.681,345. Totalizando no valor de MOP\$11.377,45.

58) O último salário diário de **LLL** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.929,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de

MOP\$2.854,8225 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085. Totalizando no valor de MOP\$14.840,89.

59) O último salário diário de **MMM** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.929,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.854,8225 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085. Totalizando no valor de MOP\$14.840,89.

60) O último salário diário de **NNN** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$7.168,925, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.212,5675 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$1.660,715. Totalizando no valor de MOP\$11.042,21.

61) O último salário diário de **OOO** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$10.565,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.931,4725 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.060,885. Totalizando no valor de MOP\$15.558,34.

62) O último salário diário de **PPP** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$10.565,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de

MOP\$2.931,4725 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.060,885. Totalizando no valor de MOP\$15.558,34.

63) O último salário diário de **QQQ** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios e descanso de parto; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.929,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.854,8225 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085, bem como a compensação de retribuição da licença de maternidade no valor de MOP\$51. Totalizando no valor de MOP\$14.891,89.

64) O último salário diário de **RRR** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$10.054,785, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.869,2225 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085. Totalizando no valor de MOP\$14.980,09.

65) O último salário diário de **SSS** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$6.586,1275, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$1.965,0075 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$1.454,415. Totalizando no valor de MOP\$10.005,55.

66) O último salário diário de **TTT** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de

MOP\$8.154,0075, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.514,28125 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$1.805,125. Totalizando no valor de MOP\$12.473,41.

67) O último salário diário de **UUU** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$10.689,765, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.946,945 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.060,885. Totalizando no valor de MOP\$15.697,6.

68) O último salário diário de **VVV** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$10.496,1375, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.924,395 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.060,885. Totalizando no valor de MOP\$15.481,42.

69) O último salário diário de **XXX** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$10.053,765, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.870,295 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085. Totalizando no valor de MOP\$14.980,15.

70) O último salário diário de **ZZZ** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios e descanso de parto; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso

semanal no valor de MOP\$9.680,775, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.830,55875 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.060,885, bem como a compensação de retribuição da licença de maternidade no valor de MOP\$541,5375. Totalizando no valor de MOP\$15.113,76.

71) O último salário diário de **AAAA** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios e descanso de parto; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$8.045,7, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.498,80875 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$1.805,125, bem como a compensação de retribuição da licença de maternidade no valor de MOP\$541,5375. Totalizando no valor de MOP\$12.891,17.

72) O último salário diário de **BBBB** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios e descanso de parto; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$8.984,365, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.723,16 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$1.949,535, bem como a compensação de retribuição da licença de maternidade no valor de MOP\$1.083,075. Totalizando no valor de MOP\$14.740,14.

73) O último salário diário de **CCCC** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios e descanso de parto; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$8.324,205, a compensação de retribuição do descanso anual

no valor de MOP\$2.591,64375 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$1.908,275, bem como a compensação de retribuição da licença de maternidade no valor de MOP\$541,5375. Totalizando no valor de MOP\$13.365,66.

74) O último salário diário de **DDDD** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$10.612,4025, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.939,20875 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.060,885. Totalizando no valor de MOP\$15.612,5.

75) O último salário diário de **EEEE** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.600,3, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.816,5725 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085. Totalizando no valor de MOP\$14.472,96.

76) O último salário diário de **FFFF** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$10.106,785, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.880,2225 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.060,885. Totalizando no valor de MOP\$15.047,89.

77) O último salário diário de **GGGG** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a

arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.976,4025, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.862,55875 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085. Totalizando no valor de MOP\$14.895,05.

78) O último salário diário de **HHHH** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.929,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.854,8225 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085. Totalizando no valor de MOP\$14.840,89.

79) O último salário diário de **IIII** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$8.262,315, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.583,9075 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$1.908,275. Totalizando no valor de MOP\$12.754,5.

80) O último salário diário de **JJJJ** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.929,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.854,8225 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085. Totalizando no valor de MOP\$14.840,89.

81) O último salário diário de **LLLL** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a

arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.891,015, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.849,5725 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085. Totalizando no valor de MOP\$14.796,67.

82) O último salário diário de **MMMM** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$10.565,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.931,4725 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.060,885. Totalizando no valor de MOP\$15.558,34.

83) O último salário diário de **NNNN** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios e descanso de parto; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.787,685, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.839,3225 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085, bem como a compensação de retribuição da licença de maternidade no valor de MOP\$541,5375. Totalizando no valor de MOP\$15.224,63.

84) O último salário diário de **OOOO** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.617,185, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.819,1225 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085. Totalizando no valor de MOP\$14.492,39.

85) O último salário diário de **PPPP** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida

nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$8.097,275, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.522,0175 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$1.825,755. Totalizando no valor de MOP\$12.445,05.

86) O último salário diário de **QQQQ** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios e descanso de parto; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$7.994,125, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.467,86375 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$1.805,125, bem como a compensação de retribuição da licença de maternidade no valor de MOP\$541,5375. Totalizando no valor de MOP\$12.808,65.

87) O último salário diário de **RRRR** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$10.565,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.931,4725 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.060,885. Totalizando no valor de MOP\$15.558,34.

88) O último salário diário de **SSSS** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$11.804,9025, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$3.082,93875 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor

de MOP\$2.069,885. Totalizando no valor de MOP\$16.957,73.

89) O último salário diário de **TTTT** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios e descanso de parto; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.976,4025, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.862,55875 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085, bem como a compensação de retribuição da licença de maternidade no valor de MOP\$51. Totalizando no valor de MOP\$14.946,05.

90) O último salário diário de **UUUU** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios e descanso de parto; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$10.565,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.931,4725 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.060,885, bem como a compensação de retribuição da licença de maternidade no valor de MOP\$1.444,1. Totalizando no valor de MOP\$17.002,44.

91) O último salário diário de **VVVV** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.617,185, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.819,1225 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085. Totalizando no valor de MOP\$14.492,39.

92) O último salário diário de **XXXX** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida

nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.929,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.854,8225 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085. Totalizando no valor de MOP\$14.840,89.

93) O último salário diário de **ZZZZ** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$6.983,255, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.127,46875 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$1.557,565. Totalizando no valor de MOP\$10.668,29.

94) O último salário diário de **AAAAA** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.618,885, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.822,8225 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.060,885. Totalizando no valor de MOP\$14.502,59.

95) O último salário diário de **BBBBB** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$8.262,315, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.583,9075 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$1.908,275. Totalizando no valor de MOP\$12.754,5.

96) O último salário diário de **CCCCC** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida

nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios e descanso de parto; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.929,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.854,8225 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085, bem como a compensação de retribuição da licença de maternidade no valor de MOP\$51. Totalizando no valor de MOP\$14.891,89.

97) O último salário diário de **DDDDD** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.929,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.854,8225 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085. Totalizando no valor de MOP\$14.840,89.

98) O último salário diário de **EEEEE** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.976,4025, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.862,55875 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085. Totalizando no valor de MOP\$14.895,05.

99) O último salário diário de **FFFFF** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios e descanso de parto; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$10.049,185, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.869,9525 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085, bem como a compensação de retribuição da

licença de maternidade no valor de MOP\$902,5625. Totalizando no valor de MOP\$15.877,79.

100) A arguida nunca concedeu ao empregado **RRRR** o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$7.168,925, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.212,5675 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$1.660,715. Totalizando no valor de MOP\$11.042,21.

101) O último salário diário de **HHHHH** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.929,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.854,8225 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085. Totalizando no valor de MOP\$14.840,89.

102) O último salário diário de **IIIII** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.025,625, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.723,16 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$1.949,535. Totalizando no valor de MOP\$13.698,32.

103) O último salário diário de **JJJJJ** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$7.829,085, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de

MOP\$2.429,1825 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$1.784,495. Totalizando no valor de MOP\$12.042,76.

104) A arguida nunca concedeu à empregada **LLLLL** o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios e descanso de parto; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.745,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.837,1725 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.060,885, bem como a compensação de retribuição da licença de maternidade no valor de MOP\$541,5375. Totalizando no valor de MOP\$15.185,58.

105) O último salário diário de **MMMMM** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.929,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.854,8225 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085. Totalizando no valor de MOP\$14.840,89.

106) O último salário diário de **NNNNN** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$10.565,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.931,4725 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.060,885. Totalizando no valor de MOP\$15.558,34.

107) A arguida nunca concedeu à empregada **OOOOO** o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$4.363,245, a compensação de

retribuição do descanso anual no valor de MOP\$1.230,06375 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$959.295. Totalizando no valor de MOP\$6.552,6.

108) O último salário diário de **PPPPP** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios e descanso de parto; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$8.097,275, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.522,0175 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$1.825,755, bem como a compensação de retribuição da licença de maternidade no valor de MOP\$1.083,075. Totalizando no valor de MOP\$13.528,12.

109) O último salário diário de **QQQQQ** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios e descanso de parto; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$8.252, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.568,435 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$1.908,275, bem como a compensação de retribuição da licença de maternidade no valor de MOP\$541,5375. Totalizando no valor de MOP\$13.270,25.

110) O último salário diário de **RRRRR** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.929,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.854,8225 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085. Totalizando no valor de MOP\$14.840,89.

111) O último salário diário de SSSSS é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios e descanso de parto; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.970,785, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.859,6225 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085, bem como a compensação de retribuição da licença de maternidade no valor de MOP\$361,025. Totalizando no valor de MOP\$15.247,52.

112) O último salário diário de TTTTT é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios e descanso de parto; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$7.065,775, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.158,41375 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$1.578,195, bem como a compensação de retribuição da licença de maternidade no valor de MOP\$361,025. Totalizando no valor de MOP\$11.163,41.

113) O último salário diário de UUUUU é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios e descanso de parto; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.929,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.854,8225 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085, bem como a compensação de retribuição da licença de maternidade no valor de MOP\$51. Totalizando no valor de MOP\$14.891,89.

114) O último salário diário de VVVVV é de 15 dólares de Hong Kong; a

arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.929,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.854,8225 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085. Totalizando no valor de MOP\$14.840,89.

115) O último salário diário de **XXXXX** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.929,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.854,8225 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085. Totalizando no valor de MOP\$14.840,89.

116) O último salário diário de **ZZZZZ** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$10.020,385, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.866,6725 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085. Totalizando no valor de MOP\$14.943,14.

117) O último salário diário de **AAAAA** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.929,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.854,8225 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085. Totalizando no valor de MOP\$14.840,89.

118) O último salário diário de **BBBBB** é de 15 dólares de Hong Kong; a

arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$8.994,68, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.723,16 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$1.949,535. Totalizando no valor de MOP\$13.667,38.

119) O último salário diário de **CCCCCC** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios e descanso de parto; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$8.633,655, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.661,27 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$1.928,905, bem como a compensação de retribuição da licença de maternidade no valor de MOP\$541,5375. Totalizando no valor de MOP\$13.765,37.

120) O último salário diário de **DDDDDD** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios e descanso de parto; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$14.799,71875, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$4.325,65625 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$3.109,3425, bem como a compensação de retribuição da licença de maternidade no valor de MOP\$1.624,6125. Totalizando no valor de MOP\$23.859,33.

121) O último salário diário de **EEEEEE** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso

semanal no valor de MOP\$10.051,385, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.869,6425 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085. Totalizando no valor de MOP\$14.977,11.

122) O último salário diário de **FFFFFF** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios e descanso de parto; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$10.565,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.931,4725 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.060,885, bem como a compensação de retribuição da licença de maternidade no valor de MOP\$369. Totalizando no valor de MOP\$15.927,34.

123) A arguida nunca concedeu à empregada **GGGGGG** o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$10.565,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.931,4725 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.060,885. Totalizando no valor de MOP\$15.558,34.

124) A arguida nunca concedeu ao empregado **HHHHHH** o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.929,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.854,8225 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085. Totalizando no valor de MOP\$14.840,89.

125) A arguida nunca concedeu ao empregado **IIIIII** o descanso semanal e anual,

bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.976,4025, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.862,55875 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085. Totalizando no valor de MOP\$14.895,05.

126) O último salário diário de **JJJJJJ** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.929,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.854,8225 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085. Totalizando no valor de MOP\$14.840,89.

127) O último salário diário de **LLLLLL** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$7.003,885, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.150,6775 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$1.578,195. Totalizando no valor de MOP\$10.732,76.

128) O último salário diário de **MMMMMM** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$10.266,8025, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.896,15875 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085. Totalizando no valor de MOP\$15.219,05.

129) O último salário diário de **NNNNNN** é de 15 dólares de Hong Kong; a

arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.929,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.854,8225 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085. Totalizando no valor de MOP\$14.840,89.

130) O último salário diário de **OOOOOO** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$10.119,085, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.880,2225 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.060,885. Totalizando no valor de MOP\$15.060,19.

131) O último salário diário de **PPPPPP** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.929,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.854,8225 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085. Totalizando no valor de MOP\$14.840,89.

132) O último salário diário de **QQQQQQ** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$8.447,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.630,325 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$1.928,905. Totalizando no valor de MOP\$13.007,22.

133) A arguida nunca concedeu à empregada **RRRRRR** o descanso semanal e

anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$7.535,1075, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.336,3475 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$1.701,975. Totalizando no valor de MOP\$11.573,43.

134) O último salário diário de SSSSSS é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.899,04, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.854,8225 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085. Totalizando no valor de MOP\$14.809,95.

135) O último salário diário de TTTTTT é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$10.565,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.931,4725 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.060,885. Totalizando no valor de MOP\$15.558,34.

136) O último salário diário de UUUUUU é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.929,985, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.854,8225 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.056,085. Totalizando no valor de MOP\$14.840,89.

137) O último salário diário de VVVVVV é de 15 dólares de Hong Kong; a

arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$10.545,3375, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.928,495 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.060,885. Totalizando no valor de MOP\$15.534,72.

138) O último salário diário de **XXXXXX** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$9.768,4025, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.841,30875, a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.060,885. Totalizando no valor de MOP\$14.670,6.

139) O último salário diário de **ZZZZZZ** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$10.627,875, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.939,20875 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.060,885. Totalizando no valor de MOP\$15.627,97.

140) O último salário diário de **AAAAAAA** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$6.230,26, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$1.872,1725 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$1.433,785. Totalizando no valor de MOP\$9.536,22.

141) O último salário diário de **BBBBBBB** é de 15 dólares de Hong Kong; a

arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$10.365,215, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.906,8725 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$2.060,885. Totalizando no valor de MOP\$15.332,97.

142) O último salário diário de **CCCCCCC** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$5.415,375, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$1.601,40375 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$1.237,8. Totalizando no valor de MOP\$8.254,58.

143) O último salário diário de **DDDDDDD** é de 15 dólares de Hong Kong; a arguida nunca lhe concedeu o descanso semanal e anual, bem como feriados obrigatórios; a arguida deve-lhe ainda a compensação de retribuição do descanso semanal no valor de MOP\$7.932,235, a compensação de retribuição do descanso anual no valor de MOP\$2.460,1275 e a compensação de retribuição dos feriados obrigatórios no valor de MOP\$1.805,125. Totalizando no valor de MOP\$12.197,49.”

III – FUNDAMENTOS

1. Não obstante a recorrente referir que o presente recurso se restringe à parte concernente à não compensação pelo trabalho prestado em dias de descanso anual e feriados obrigatórios, o certo é que vêm

suscitadas as seguintes questões que não deixam de extravasar aquela delimitação.

O objecto do presente recurso passa, pois, pela análise das seguintes questões:

- A prescrição da contravenção;
- A natureza administrativa da contravenção; violação de procedimentos;
- A invalidade do auto de notícia;
- A culpa da contravenção;
- Da liberdade contratual; a renunciabilidade do direito ao repouso;
- A medida da pena.

2. Sobre a prescrição

O entendimento do Tribunal *a quo* sobre a aplicação do Código do Processo de Trabalho antigo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 45 497, de 30 de Dezembro de 1963, com a redacção dada pela Portaria n.º 87/70, ambos publicados no Boletim Oficial n.º 11, de 14 de Março de 1970, e sobre o prazo de prescrição da Portaria 87/70, ao abrigo do princípio de continuidade do ordenamento jurídico, previsto no art. 8º da Lei Básica de Macau, entendimento com o qual a recorrente não discorda, não merece censura, tendo sido já essa posição ratificada por este Tribunal noutras

situações¹.

Donde se ter como prazo de prescrição das contravenções o prazo de *um ano* a contar da consumação da infracção nos termos do art. 177º do referido Código.

E serve aqui a argumentação expendida no que respeita a essa matéria:

“No que toca ao descanso anual e aos feriados obrigatórios, a transgressão laboral causada pelo não pagamento das compensações extraordinárias relativas ao descanso anual e aos feriados obrigatórios deve ser considerada crime continuado nos termos do n.º 2 do artigo 29.º do Código Penal em conjugação com n.º 1 do artigo 124.º do mesmo Código. O prazo de prescrição do procedimento corre desde o dia em que o último acto foi praticado [al. b] do n.º 2 do artigo 111.º do Código Penal em conjugação com n.º 1 do artigo 124.º do mesmo Código], ou seja, o dia em que os trabalhadores cessaram as funções. Com excepção de dois trabalhadores envolvidos no processo, **RRRRRR** e **SSSSSS** que tinham um prazo superior a um ano desde a data da sua cessação até ao dia em que o processo foi remetido ao presente tribunal (ou seja, dia 27 de Junho de 2003), os restantes 141 trabalhadores tinham um prazo inferior a um ano desde a data da sua cessação até ao dia em que o processo foi remetido ao presente tribunal (ou seja, dia 27 de Junho de 2003), nestes

¹ - Ac. TSI de 3/7/03, proc. 136/03 ; de 26/2/04, proc. 250/2003; de 27/11/03, proc. 139/2003; de 27/11/03, proc. 256/03

termos, o procedimento de transgressão laboral de dois trabalhadores envolvidos no processo, **RRRRRR** e **SSSSSS** extingue-se por termo da prescrição; não se extingue o procedimento de transgressão laboral dos restantes 141 trabalhadores.”

Quanto à data de consumação da contravenção, tem sido pacífico que tratando-se de crime continuado, a data de consumação é a de cessação da actividade criminosa, que é, no caso da contravenção laboral, *a de cessação da relação laboral*, nos termos dos art. 29º, 124º, 111º, n.º 2 al. b), todos do CP. Assim, só estarão prescritos as contravenções dos trabalhadores que cessaram a relação laboral com a R. antes de 27/6/2002, ou seja, os referidos **RRRRRR** e **SSSSSS**.

Não estando em causa a contravenção relativa à licença da maternidade, já no que respeita às restantes matérias, podendo não ser pacífico o facto relevante interruptivo da prescrição para exercício da acção penal - a de levantamento do auto de notícia, a de entrada no Ministério Público ou a de entrada no Tribunal - o estipulado no n.º 2 do art. 177º, *"O levantamento de auto de noticia que faça fé em juízo é acto interruptor da prescrição da acção penal"*, parece excluir a primeira hipótese - , já que o auto de notícia não foi presencial e não faz fé em juízo.

E perante as duas últimas hipóteses o Tribunal *a quo* optou pela solução mais favorável à R., a da entrada ao Tribunal, ou seja, de 27/06/2003.

Improcedem aqui as razões que pretendiam prescritas as

contravenções em causa.

3.1. O Recorrente alega que o processo contravencional foi remetido ao Tribunal sem ter esgotado os meios administrativos e daí violou uma série de prazos e tramitações, sendo conseqüentemente inválido o processo.

Conforme unanimemente se tem entendido nos Tribunais de Macau², a presente contravenção não está sujeita às regras da garantia administrativa, mas sim às garantias conferidas pela natureza processual penal, tal como foi tramitada.

É claro que *de jure condendo* se pode colocar a questão da melhor via de ordenação de tais ilícitos, mas o certo é que não vigora em Macau um regime contraordenacional que procura dar uma resposta às necessidades de regulação das situações em que a natureza administrativa e penal não deixam de estar presentes.

Na verdade, importa atentar no quadro normativo regulador da situação em apreço.

Dispõe o Regulamento da Inspeção do Trabalho, aprovado pelo Dec.-Lei nº 60/89/M de 18 de Setembro:

² - Ac. do TUI, de 20/4/05, proc. 38/2004; TSI, de 10/6/04, proc. 295/2003, de 14/4/05, proc. 38/2004

“Artigo 1.º

(Natureza e âmbito)

O Departamento da Inspeção do Trabalho (DIT) da Direcção de Serviços de Trabalho e Emprego (DSTE), no âmbito da inspeção do trabalho, é dotado de autonomia técnica e de independência, dispondo o seu pessoal, nos termos deste diploma e demais normas reguladoras, dos necessários poderes de autoridade.

Artigo 7.º

(Acção coerciva)

O pessoal da inspeção levantará o respectivo auto de notícia quando, no exercício das suas funções, verificar ou comprovar, pessoal e directamente, ainda que por forma não imediata, qualquer infracção a normas sobre matéria sujeita a fiscalização do DIT, sem prejuízo do disposto nos nos 1 a 3 do artigo 2.º

Artigo 8.º

(Elaboração do auto de notícia)

1. O auto de notícia, com todos os seus trâmites, é registado em livro próprio, e é elaborado em quadruplicado, destinando-se um exemplar ao infractor e os demais ao arquivo dos autos de notícia e à posterior apensação ao original, no acto de remessa a juízo.
2. Com os autos de notícia serão também elaboradas as guias correspondentes às multas e às quantias em dívida aos trabalhadores, se a estas houver lugar
3. Quando se trate da aplicação de multa de quantitativo variável, o atuante deverá graduar o respectivo montante, por forma fundamentada, de acordo com as circunstâncias da infracção.
4. Se a infracção consistir na falta de pagamento de quantia devida a trabalhadores, será sempre, além da multa, apurado o seu montante.

Artigo 10.º

(Confirmação dos autos de notícia)

Compete ao director da DSTE pronunciar-se, em termos de recurso, sobre os despachos de confirmação, não confirmação e desconfirmação dos autos de notícia proferidos pelo chefe do DIT.

Artigo 11.º

(Tramitação do auto de notícia)

1. O auto de notícia deve conter os elementos mencionados no artigo 166.º do Código de Processo Penal, com dispensa da indicação das testemunhas e da assinatura do infractor, e a sua eficácia depende da confirmação pelo chefe do DIT ou pelo director da DSTE.
2. A entidade com competência para a confirmação poderá decidir-se por alterar a graduação da multa feita pelo autuante nos termos do artigo 8.º, n.º 3, desde que a sua decisão seja devidamente fundamentada.
3. Depois de confirmado, o auto de notícia não pode ser sustado, prosseguindo os seus trâmites até à remessa a juízo, se a esta houver lugar.
4. O auto de notícia, depois de confirmado, tem força de corpo de delito e faz fé em juízo até prova em contrário, relativamente aos factos presenciados pelo autuante no exercício das suas funções.

Artigo 25.º

(Competências do chefe do Departamento)

1. Compete ao chefe do Departamento:
 - a) Coordenar e dirigir o DIT por forma a que este desempenhe as atribuições que lhe estão cometidas segundo critérios uniformes e adequados;
 - b) Proceder à confirmação, não confirmação e desconfirmação dos autos de notícia levantados pelo pessoal de inspecção, devendo estes dois últimos actos ser fundamentados;

(...)

Deste regime é fácil observar que o legislador previu um regime próprio do procedimento no que concerne ao levantamento dos autos contravencionais em sede de matéria laboral.

Não deixou de ter a preocupação em estabelecer um regime próprio, dotando os respectivos agentes dos necessários poderes de autoridade, em criar mecanismos próprios de controle interno administrativo quanto ao levantamento dos respectivos autos, com duas vias de confirmação, primeiramente pelo Chefe de Departamento e depois pelo Director de serviços, atribuição de poderes de desconfirmação, alteração da graduação da multa, impossibilidade de sustação após confirmação, remessa a juízo após confirmação.

Assim se tem entendido que os actos praticados pela Administração em matéria de ilícito contravencional não estão sujeitos às mesmas vias de impugnação do acto administrativo. Em contencioso administrativo do ilícito penal administrativo aplicam-se com as devidas adaptações os princípios e regras do direito e processo penal em tudo o que respeite às garantias de defesa. E em certos casos de ilícitos penais administrativos, visando-se infligir um mal a alguém, não só devam ser respeitadas as regras ligadas aos pressupostos da punição (v.g., o princípio *nulla poena sine lege*, a proibição da analogia classificatória e o princípio *nulla poena sine culpa*), o legislador confere um processo e competências próprias para o julgamento de certas infracções, como

acontece com as infracções laborais.³

Face ao disposto no n.º 1 do art. 384º do CPP deve proceder-se a inquérito sobre as contravenções não presenciadas ou verificadas por funcionário, findo o qual o infractor é notificado para o pagamento voluntário da multa.

Foi o que sucedeu no caso vertente, tal como resulta claramente dos autos que os inspectores da DSAL realizaram várias diligências com vista ao apuramento dos factos denunciados pelos trabalhadores e foi a ora recorrente notificada para pagamento.

Assim falecem as razões aduzidas pela recorrente sobre esta questão.

3.2. Há ainda outros pontos que vêm referidos e não se deixarão de apreciar. É verdade que a remessa do auto de notícia ao Tribunal decorreu antes do termo do prazo fixado na lei para o pagamento voluntário.

No entanto, trata-se duma mera irregularidade, que se encontra já sanada dado que não foi arguida no prazo legal, tal como resulta do art. 110º do CPP.

E não cabe aos presentes autos apreciar a questão levantada pela

³ - Ac. do TSI, de 20/5/04, proc. 211/2003

recorrente sobre a decisão tomada pela DSAL da reclamação fora do prazo fixado no art. 152º do Código do Procedimento Administrativo.

3.3. Quanto à invalidade do Auto de Notícia, invoca ainda a falta de elementos que reputa de essenciais, nomeadamente os referentes aos dias, às circunstâncias e à forma em que foram cometidas as contravenções.

Conforme o disposto no art. 11º, n.º 1 do Regulamento da Inspeção do Trabalho, o auto de notícia deve conter os elementos mencionados no art. 166º do CPP (actualmente art. 226º do CPP face à disposição no art. 2º do DL n.º 48/96/M), com dispensa da indicação das testemunhas e da assinatura do infractor.

Ora, como resulta do auto de notícia em causa, constata-se que a recorrente nunca concedeu aos trabalhadores descansos anuais e feriados obrigatórios a que eles tinham direito nem pagou a compensação devida pela prestação do trabalho nestes dias, facto este que, conjugado com a menção do período do tempo durante o qual os trabalhadores mantiveram relações de trabalho com a recorrente, dá perfeitamente para identificar os períodos a que as apontadas contravenções se reportam. E não se pode esquecer que o mapa de apuramento também junto aos autos faz parte integrante do auto de notícia, desse documento resultando os indispensáveis elementos que podem integrar a participação em causa.

3.4. Ataca ainda o procedimento adoptado, porquanto com o despacho do Magistrado do Ministério Público que mandou remeter o Auto de Notícia em causa para o Tribunal Judicial de Base a fim de ser registado e autuado como processo de transgressão laboral foi logo deduzida a acusação.

No processo contravencional devem estar preocupações em tudo semelhante àquelas que estão na base da consagração do processo especial sumário, ou seja, a necessidade de realização de justiça pronta e eficaz, com o aligeiramento do rito judiciário e renúncia aos formalismos normais do processo comum, e maior alívio da justiça, perante certo modo de constatação da infracção penal.⁴

Daí que o legislador, a par da instituição de uma forma de processo simplificada, para as infracções de menor gravidade, como são as contravenções e até para os processos sumários, limita a intervenção do MP, enquanto detentor da acção penal, a uma intervenção mínima, bastando até a sua apresentação em juízo para valer como acusação.

Donde, tendo o Magistrado do MP proferido despacho sobre o expediente do inquérito, que lhe foi remetido devidamente organizado pela autoridade autuante e determinado a sua remessa ao tribunal competente para efeitos de Processo de Transgressão, permitindo-lhe a lei

⁴ - cfr. ac. do TSJ de Macau, de 16/3/1999, proc. 1014.

que possa substituir a apresentação da acusação pela leitura do auto de notícia, parece não haver ofensa do princípio do acusatório no presente caso e das necessárias garantias de defesa.

4. No que respeita à culpa da transgressão, alega a recorrente que não ficou provado que ela tenha tido uma actuação dolosa e negligente, o que não corresponde à verdade.

Importa desde logo referir que a lei fala em violação culposa e não dolosa. A culpa pode assumir uma daquelas duas modalidades, o dolo ou a mera culpa, reconduzível normalmente à negligência, sendo que em sede de contravenções a negligência é sempre punida.

Resulta claramente da factualidade apurada nos autos que a ora recorrente não concedeu aos trabalhadores descansos anuais e semanais bem como feriados obrigatórios nem pagou a compensação devida pela prestação do trabalho nestes dias.

Argumenta a recorrente que nunca impediu os seus trabalhadores do gozo de descansos, invocando a especificidade do sector de jogo, os usos e costumes geralmente praticados que residem no pagamento em singelo dos dias de descanso em que os trabalhadores prestaram serviço e a aceitação por estes do esquema laboral. E sabe-se, já o temos sustentado noutros processos laborais, que não é crível que a entidade patronal, como pessoa de bem que é, se tenha oposto ao gozo desses períodos de descanso

e de feriados obrigatórios. Aceita-se até que na base do trabalho prestado nesses dias estejam razões de vontade e de desejo do trabalhador nesse sentido, razão por que, segundo a Jurisprudência uniforme deste Tribunal, tal circunstancialismo não tenha merecido a retribuição prevista na lei para o condicionalismo resultante do impedimento por parte do empregador.

No entanto, estes factores não podem assumir a relevância pretendida pela recorrente no sentido de afastar o gozo dos direitos legais consagrados por lei aos trabalhadores e a culpa da recorrente em não salvaguardar esses descansos e, pelo menos, em não os remunerar como tal.

5. Resulta claramente do regime da Relações Laborais, tal como também uniformemente se te aqui sustentado nas inúmeras acções e recursos interpostos, sendo ocioso mencionar de novo essa abundante Jurisprudência, por demais conhecida da recorrente, que nas relações laborais devem ser observados, para além dos usos e costumes geralmente praticados, também os condicionalismos mínimos que se encontram definidos neste diploma e em diplomas avulsos.

Quanto ao descanso anual, dispõem os artigos 21º e 22º do diploma que os trabalhadores têm direito a seis dias úteis de descanso, sem perda de salário, e o período de descanso anual a gozar por cada trabalhador será fixado pelo empregador, de acordo com as exigências do funcionamento da empresa e com a antecedência mínima de 30 dias.

É assim imposta ao empregador a obrigação de marcar o período de descanso anual, o que não aconteceu no nosso caso concreto.

Como se sabe, o direito ao repouso é legalmente consagrado, não só no diploma que regula a matéria de relações laborais - DL 24/89/M, de 3/Abril -, mas também a nível constitucional, resultante da sua consagração na Lei Básica da RAEM através da referência ao Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais.

Não obstante a remissão genérica para a Jurisprudência deste Tribunal, não nos eximimos aqui, até dada a natureza do presente processo, de transcrever o que se consignou naqueles referidos acórdãos:

“Se do RJRT decorre a convencionalidade em determinados institutos das relações do trabalho (v.g. forma contratual e fixação salarial), já em muitos outros domínios as normas dele constantes não deixam de ser manifestamente injuntivas, proclamadas e recepcionadas, aliás, pelo Direito Internacional, como sejam as relativas aos descansos e férias dos trabalhadores.

A este propósito somos a acompanhar o que se consignou em diversos acórdãos deste Tribunal.⁵ Como se sabe, o Direito do Trabalho, tal como o conhecemos hoje, aparece com a generalização de um tipo específico de trabalho humano - o trabalho produtivo, voluntário, dependente e por conta alheia - que substitui definitivamente o trabalho forçoso característico das economias do mundo antigo, tipo de trabalho específico esse que com a Revolução Industrial alcançou importância suficiente de modo a determinar a necessidade de

⁵ - Acima citados.

se criar um corpo normativo dirigido à sua regulamentação.⁶

E a nível da doutrina jurídica, como é reconhecido em geral que o trabalhador se encontra numa posição de inferioridade em relação ao empregador no estabelecimento e desenvolvimento da relação do trabalho, o Direito do Trabalho assume-se como um “direito de protecção” e justifica-se pela necessidade de corrigir, por via legal, certas situações de desigualdade, através da imposição de restrições ao normal desenvolvimento do princípio da autonomia da vontade, por um lado, e, por outro, pela constatação de que, sem a intervenção do legislador juslaboralístico, o trabalhador ficaria sujeito a todo um conjunto de pressões de que não pode facilmente escapar, em virtude da necessidade que tem do emprego e do salário para dar satisfação a necessidades vitais suas e dos seus familiares.

E sintoma desta conclusão e preocupação encontramos-lo quer no espírito do disposto nos art.ºs 5.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 24/89/M, de 3 de Abril, quer no regime da extinção do contrato de trabalho nele definido.⁷

Portanto, ao interpretar e aplicar qualquer legislação juslaboralística em sede do processo de realização do Direito, temos que atender necessariamente ao “princípio do *favor laboratoris*”, princípio que para além de “orientar” o legislador na feitura das normas juslaborais (sendo exemplo paradigmático disto o próprio disposto no art.º 5.º, n.º 1, e no art.º

⁶ - **AUGUSTO TEIXEIRA GARCIA, Lições de Direito do Trabalho**, Lições aos alunos do 3.º ano da Faculdade de Direito da Universidade de Macau, 1991/1992, Capítulo II, § 2.º, ponto 5

⁷ - cfr. **JOSÉ ANTÓNIO PINHEIRO TORRES, Da Cessação do Contrato de Trabalho em face do D.L. n.º 24/89/M – breves notas**, Sumário das Lições aos Alunos do 3.º Ano Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Macau no Ano Lectivo de 1994/1995, Macau – 1995, págs. 3 a 4.

6.º do Decreto-Lei n.º 24/89/M, de 3 de Abril), deve ser tido pelo menos também como farol de interpretação da lei laboral, sob o qual o intérprete-aplicador do direito deve escolher, na dúvida, o sentido ou a solução que mais favorável se mostre aos trabalhadores no caso considerado, em virtude do objectivo de protecção do trabalhador que o Direito do Trabalho visa prosseguir.

Do que acima fica exposto decorre que se trabalhador e empregadora podiam acordar nos montantes da retribuição (e o problema que se põe nessa sede não é já o do primado da liberdade contratual mas sim o da determinação da vontade das partes quanto à integração dessa retribuição) já o mesmo não acontece quanto ao gozo dos dias de descanso, férias e feriados e sua remuneração.

Sobre estas matérias, bem como, quanto a outras, a lei prevê exactamente os condicionalismos mínimos que devem ser observados na contratação, tal como se prevê no n.º 1 e 2 do artigo 1º do RJRL, pelo que perde sentido a argumentação expendida no sentido de que as partes podiam contratar a renúncia a certos direitos que na sua interpretação só supletivamente seriam instituídos.

O que está em causa, no fundo, é o apuramento e quantificação das consequências decorrentes da não observância dos condicionalismos mínimos a que a lei expressa e taxativamente obriga.

E não se deixa de referir que pelo facto de a A. ter trabalhado nos mencionados dias de descanso, férias e feriados tal não significa que tenha renunciado às respectivas compensações. Estas não deixam de integrar aqueles condicionalismos mínimos com que o legislador abre a Regulamentação Laboral no já supra citado artigo 1º “

6. Finalmente, insurge-se a recorrente contra o montante da

multa concretamente aplicada pelo Tribunal *a quo*.

Sobre esta matéria somos a acompanhar a posição da Exma senhora Procuradora-Adjunta, enquanto diz :

“Nos termos do art. 51º do DL n.º 24/89/M, na graduação das multas devem ser tomadas em conta a gravidade da infracção, a culpabilidade do infractor e também a sua capacidade económica.

A situação económica e financeira do condenado deve ser sempre considerada para efeitos de fixação da multa - artigos 45º, n.º 2 e 65º, n.º 2, al. d) do CP, para além dos outros elementos previstos na lei.

Tal elemento foi totalmente ignorado pela recorrente na sua motivação do recurso.

Face ao número das contravenções praticadas pela recorrente e ao longo período durante o qual ocorreu a prática das mesmas, que revelam a dimensão e a influência do caso, bem como a notória capacidade económica e financeira da recorrente, não nos parece inaceitável o montante da multa fixado na moldura penal prevista na lei.”

Nesta conformidade ter-se-á o recurso por improcedente.

IV – DECISÃO

Pelas apontadas razões, acordam em negar provimento ao

recurso, confirmando a decisão recorrida.

Custas pela recorrente.

Macau, 22 de Março de 2007,

João A. G. Gil de Oliveira

Choi Mou Pan

Lai Kin Hong